

CADERNOS

Chacinas e policiamento

Os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro

Organização

Sofia Helena M. T. Costa

Autoras e autores

Alexandre Julião

Belle Damasceno

Claudio Aparecido da Silva

Pablo Nunes

Paulo César Ramos

Ruan Bernardo

Thais Custódio



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Raiana
Brito

Quando observamos as dinâmicas territoriais das periferias no Brasil, temos em cena o expediente das chacinas: homicídios múltiplos, com 3 ou mais vítimas, conectadas pela mesma motivação. No portal da Fundação Perseu Abramo, que realizou o maior levantamento sobre o assunto, registra-se 786 casos reportados por sites de notícias, entre 2011 e 2020. Espalhados por todo o país, com exceção do Amapá, o levantamento realizado subdividiu quatro principais tipos de ocorrências, com alta concentração em estados como SP (133), RJ (88), PE (81), RS (66) e BA (61).

Para entender o fenômeno, a FPA/Reconexão Periferias, a Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania publicam este estudo sobre casos de vítimas de violência em conflitos resultantes de chacinas. O estudo é constituído entrelaçando histórico de vítimas de operações policiais que culminaram em massacres; ataques a escolas, notáveis pela majoritária presença de mulheres como vítimas; a matança em presídios ou mesmo vítimas de “conflitos” entre polícia e tráfico, entre tráfico e tráfico e/ou milícia.

Com isso, apresentamos 4 cadernos que refletem a tipologia construída a partir dos casos coletados, que seguem: conflito agrário e disputas por recursos naturais; violência de gênero manifestada por meio de feminicídio; práticas de policiamento em e fora de serviço, como operações policiais, de forças militares e atuação de milícias; e também, casos de chacinas que ocorrem em penitenciárias como desdobramento da dinâmica violenta do encarceramento em massa, um mecanismo da política de drogas. São casos ocorridos entre 2011 e 2019, retirados do banco de dados da FPA, nas cidades de Manaus (AM), Belém (PA), Campinas (SP), Lençóis (BA), Pau D’Arco (PA) e Rio de Janeiro (RJ). Foram selecionados por reunirem os elementos que melhor informam sobre cada um desses conflitos, permitindo uma compreensão ampla e complexa sobre o que pretende ilustrar.

Em se tratando de relações de poder, não é por acaso que as principais vítimas são, em sua maioria, negras, jovens e mulheres que moram nas periferias. É no território que estão sintetizados vetores de exclusão como raça, classe, gênero e etnia. Nas circunscrições territoriais em que estas formas de dominação são entrelaçadoras, o resultado final é a violência e a morte – no caso, as histórias e vidas encerradas – como produtos de troca e modo de reconhecimento do exercício e domínio de poder pelos grupos em conflito. A mirada qualificada sobre isso é, portanto, uma emergência para que as soluções equilibrem foco, olhar estratégico e de dimensão conhecedora das complexas teias que a permeiam, mas, fundamentalmente, do cerne que a constitui: o racismo persistente na sociedade brasileira.

Paulo César Ramos e Juliana Borges

Chacinas e Policiamento

Os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro

Chacinas e Policiamento

Os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro

Organização

Sofia Helena M. T. Costa

Autoras e autores

Alexandre Julião

Belle Damasceno

Claudio Aparecido da Silva

Pablo Nunes

Paulo César Ramos

Ruan Bernardo

Thais Custódio



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria da FPA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vívian Farias

Diretoras: Elen Coutinho, Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar, Virgílio Guimarães

Conselho editorial: Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Revisão: Claudia Andreotti e Angélica Ramacciotti

Editoração eletrônica: Antonio Kehl

Imagem de capa: Raiana Britto

Costa, Sofia Helena Monteiro de Toledo (org.)

C875c Chacinas e policiamento : os casos de Belém e Complexo do Salgueiro [livro eletrônico] / Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa (org.)

– São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2024.

104 p. (Cadernos Chacinas e a Politização das Mortes: estudos de caso)

ISBN 978-65-5626-158-4

1. Violência policial 2. Chacinas 3. Milícias I. Título II. Costa, Sofia Helena Monteiro de Toledo (org.) III. Damasceno, Belle IV. Julião, Alexandre V. Silva, Cláudio Aparecido da VI. Nunes, Pablo VII. Ramos, Paulo VIII. Bernardo, Ruan IX. Custódio, Thaís

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 • São Paulo • SP • Brasil

Fone: (11) 5571 4299

www.fpabramo.org.br

Sumário

Prefácio	9
<i>Claudio Aparecido da Silva</i>	
Apresentação	13
<i>Pablo Nunes</i>	
Nota Metodológica	15
<i>Sofia Helena M. T. Costa e Alexandre Julião</i>	
CHACINAS E POLICIAMENTO: Os casos de Belém e Complexo do Salgueiro	29
Introdução: dados sobre chacinas e policiamento	31
<i>Sofia Helena M. T. Costa, Ruan Bernardo, Paulo César Ramos</i>	
Teatro de guerra: Policiamento e atividade de milícia na Região Metropolitana de Belém	45
<i>Alexandre Julião</i>	
Chacina do Salgueiro: Quando militares matam e as respostas silenciam	67
<i>Pablo Nunes e Thais Custodio</i>	
Transcrição da entrevista com a mãe de uma das vítimas da Chacina do Complexo do Salgueiro	85
<i>Belle Damasceno e Ruan Bernardo</i>	
Sobre os autores	103

O caderno *Chacinas e Policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro* compõe a coleção *Chacinas e a Politização das Mortes: estudo de casos*

Coordenador do Projeto Reconexão Periferias:

Paulo César Ramos

Pesquisadora responsável pela área de violência projeto Reconexão Periferias:

Sofia Helena M. T. Costa

Equipe Reconexão Periferias:

Darlene Testa, Matheus Toledo, Rose Silva, Ruan Bernardo, Silvana Lima, Victoria Lustosa Braga, Vilma Bokany

Coordenação da pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes – estudo de casos*:

Sofia Helena M. T. Costa e Belle Damasceno

Organização caderno Chacinas e Policiamento:

Sofia Helena M. T. Costa

Autoras e autores do caderno Chacinas e Policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro

Alexandre Julião, Belle Damasceno, Claudio Aparecido da Silva, Pablo Nunes, Paulo César Ramos, Ruan Bernardo e Thais Custódio

Apresentação do caderno Chacinas e Policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro

Pablo Nunes

Nota metodológica

Sofia Helena M. T. Costa e Alexandre Julião

Introdução

Sofia Helena M. T. Costa, Paulo César Ramos e Ruan Bernardo

Prefácio

Claudio Aparecido da Silva

Chacina do Salgueiro: Quando militares matam e as respostas silenciam

Pablo Nunes e Thais Custódio

Transcrição da entrevista com a mãe de uma das vítimas da Chacina do Complexo do Salgueiro

Belle Damasceno e Ruan Bernardo

Teatro de guerra: Policiamento e atividade de milícia na Região Metropolitana de Belém

Alexandre Julião

Equipe pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes – estudo de casos:

Alexandre Julião; Ana Carinhonha; Belle Damasceno; Dandara Rudsan; Dudu Ribeiro; Juliana Borges; Juliana Farias; Paulo César Ramos; Pablo Nunes; Pedro Paulo Santos Silva; Ruan Bernardo; Sofia Helena M. T. Costa; Thais Custódio;

Parcerias na realização da pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes: estudo de casos

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania: CESeC

Pablo Nunes – coordenador

Pedro Paulo Santos Silva – pesquisador

Thais Custodio – pesquisadora

Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas

Dandara Rudsan, Dudu Ribeiro, Belle Damasceno e Juliana Borges

Agradecimento às pessoas que colaboraram com o estudo de Chacinas e Policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro

Agradecemos a todas as pessoas que colaboraram para a reconstrução dos casos e foram interlocutoras nesse processo de pesquisa. Em especial, às mães e aos familiares dos casos do Complexo do Salgueiro e de Belém, e aos especialistas que se debruçaram nos temas e se disponibilizaram a contribuir com esse estudo.

Instituto Marcinhos Megas Kamaradas

Edriene Neves de Oliveira

Rafael Soares

Guilherme Pimentel

Daniel Lozoya

Nomes completos das vítimas da Chacina de Belém

Alex dos Santos Viana

Arlesonvaldo Carvalho Mendes

Bruno Barroso Gemaque

César Augusto Santos da Silva

Eduardo Felipe Galúcio Chaves

Jean Oscar Ferro dos Santos

Jefferson Cabral dos Reis

Márcio dos Santos Rodrigues

Marcos Murilo Ferreira Barbosa

Nadson da Costa Araújo

Nomes completos das vítimas do Complexo do Salgueiro

Bruno Coelho da Agonia

Marcio Melanes Sabino

Marcelo Silva Vaz

Luiz Américo da Silva Menezes

Luiz Otávio Rosa dos Santos

Lohan de Oliveira Gomes

Josué Coelho

Victor Hugo Costa Carvalho

Prefácio

Claudio Aparecido da Silva
Ouvidor das Polícias do Estado de São Paulo

Este caderno vem a público em um momento importante, no qual a sociedade brasileira enfrenta problemas profundos com suas instituições de defesa da vida, da ordem e da propriedade. Um estudo feito com a coragem e o frescor de jovens pesquisadores que, além do seu rigor técnico, também possuem uma consciência crítica apurada, porque viveram na universidade da academia e na “universidade” das periferias, trazendo o melhor de cada lugar. Isto exigiu deles um gigante desafio ético e intelectual, mas a entrega pode ser considerada completa. Enfrentaram dados primários, dezenas de entrevistas, milhares de notícias de jornais e dados oficiais para compor dois estudos de casos emblemáticos que são muito didáticos da vida das periferias do Brasil; esteja em que estado estiver, periferia é periferia – em qualquer lugar. Por isso, foram escolhidos dois casos: um do centro midiático do Brasil – Rio de Janeiro – e outro de uma região pouco lembrada nos debates públicos – Belém, sendo mais uma vez felizes, pelo equilíbrio. Isto permitiu mostrar a amplitude do compromisso dessa pesquisa e da complexidade do nosso desafio enquanto sociedade.

Todos sabemos que as instituições policiais precisam ser defendidas, bem como seus trabalhadores e trabalhadoras precisam ser defendidos, valorizados e acolhidos numa sociedade cada vez mais complexa. Isto

significa que suas vidas precisam ser protegidas, com doutrinas que enfatizem mais o trabalho de inteligência, tirando espaço do confronto como única perspectiva, em que nem mesmo a vida dos policiais é poupada – aliás, precisa ser dito: entre essas vidas policiais que não são poupadas, também estão jovens, negros e periféricos!

Por isso esta pesquisa dá um passo importante no sentido de ampliar a compreensão política sobre o significado profundo dos episódios em que três ou mais pessoas são assassinadas, pela mesma motivação em um determinado espaço de tempo, chamados de chacinas. Isto tem importância por mostrar não apenas o episódio em si, mas a estrutura social que provocou esta ocorrência, e nos faz perguntar o porquê disto ocorrer tantas vezes e ocorrer sempre em lugares com as mesmas características sociais, onde vivem pessoas pobres, negras em sua maioria, com vítimas que tiveram poucas oportunidades. Em outras palavras, a pesquisa ajuda a tirar as chacinas da zona de normalização e naturalização das mortes. Mais do que isso, é preciso desnaturalizar a ideia de que a eficiência policial se concretiza com a produção de mortes, porque isso nada tem de racional, de humano ou de democrático. Aliás, essa ideia nunca dialogou com princípios fundamentais da segurança pública, como servir e proteger, por exemplo, nem mesmo com o que diz a nossa Constituição Federal no seu artigo 5º, que traz a vida como bem inviolável em primeiro plano, inclusive.

Em uma democracia que preze a vida, em primeiro lugar, não pode haver tolerância com práticas de grupos que assumem a produção da morte com interesse político nas suas disputas por poder, influência, visibilidade, legitimidade, espaço, território, mercados, recursos naturais etc.

Há quase 40 anos, foi cunhada a frase: “bandido bom é bandido morto” no Brasil. Desde então, temos ouvido variações desse ideal de morticínio. Atualmente, a modernização da tal frase se dá através do: “CPF cancelado”. Percebam que, em todo o Brasil, essa lógica é aplicada, porém a eficácia disso não se revelou em quase quatro déca-

das. Hoje, mais do que nunca, estamos inseguros e percebemos isso no comportamento cotidiano das pessoas, que não se sentem seguras nem dentro de suas próprias casas. Uma demonstração de falência de um modelo que jamais deveria ter sido experimentado em nosso país. Vou além: jamais experimentamos uma perspectiva de segurança pública que leve em conta o conjunto das nossas construções em direitos humanos, para a sociedade e para nossos policiais – o sujeito que não tem seus direitos humanos percebidos, terá dificuldade em reconhecer os direitos das pessoas.

Que essa leitura nos traga reflexões sobre esses desafios.

Apresentação

Pablo Nunes

A violência letal no Brasil continua sendo parte constitutiva da realidade de grandes parcelas da população, mesmo após mais de 30 anos da promulgação da Constituição Cidadã. A persistência de dezenas de milhares de mortes todos os anos, muitas causadas por policiais, é um problema que impacta profundamente a sociedade brasileira. Nas favelas do Rio de Janeiro, nas comunidades do Pará, nas periferias de São Paulo e da Bahia, as operações policiais rotineiras interrompem vidas e desestabilizam comunidades. A normalização dessas ações violentas cria uma percepção equivocada de que o trabalho policial está diretamente relacionado a incursões armadas, trocas de tiros e mortes.

A série de cadernos publicada pelo Reconexão Periferias explora a questão das chacinas e o papel das forças de segurança nesse contexto. A pesquisa “Chacinas e a politização das mortes no Brasil” analisa dois casos emblemáticos de assassinatos múltiplos perpetrados por agentes do Estado: a Chacina de Belém, de 2014, e a Chacina do Complexo do Salgueiro, de 2017. Esses exemplos evidenciam que a violência policial não é um desvio isolado, mas um padrão sistêmico que reflete o racismo que também estrutura as instituições de segurança pública do país.

Lidar com esse tema não é simples como deveria ser. As chacinas cometidas durante ações de policiamento não são encaradas como uma

prioridade e há até mesmo os que resistem a enquadrá-las como um problema. Em outros países, ações policiais que resultam em mortes levam a investigações rigorosas, coletivas de imprensa e pedidos de desculpas formais. No Brasil, que se formou sobre pilhas de corpos de homens e mulheres negros sequestrados de África, o registro de mortes em ações policiais não é um desvio, mas faz parte do método.

E esse moinho segue moendo gente porque há outras instituições que não apenas acobertam casos de violência policial, mas também permitem que esse estado de coisas permaneça inalterado. O Ministério Público é o órgão quem tem, por dever e direito, a prerrogativa de fazer o controle externo da atividade policial, não só investigando e denunciando policiais que cometem crimes, mas também garantindo que as políticas de segurança pública caminhem no sentido de garantir direitos dos cidadãos. A certeza da impunidade é um dos principais fatores que explicam o porquê de termos tantas mortes cometidas por agentes do Estado. E o Ministério Público, quando se exime do seu dever, se coloca como uma importante engrenagem nessa máquina de produzir morte.

Enquanto houver no país corporações policiais como um dos principais agentes de letalidade violenta, estaremos longe de consolidar nossa jovem democracia. Por isso, a Fundação Perseu Abramo, a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas (INNPD) e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) apresentam sua contribuição para a compreensão desse fenômeno. Compreender como chegamos até aqui é o primeiro passo para construirmos um futuro sem chacinas e com segurança para todos.

Nota Metodológica

Sofia Helena M. T. Costa

Alexandre Julião

Preâmbulo – Apresentação da pesquisa

A pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil* começou a ser desenvolvida em 2018, no âmbito do eixo de violência do projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo. O estudo teve como foco analisar a dinâmica de violência no Brasil, tendo como prioridade as ocorrências de homicídios múltiplos com três ou mais vítimas fatais, referidas na esfera pública – no jornalismo, em especial – como “chacina”. O objetivo era compreender os atores, interesses e conflitos que estão por trás dos indicadores e estatísticas de violência letal, de modo a contribuir para a reflexão sobre a maneira como esse repertório de ação coletiva é mobilizado frente a diferentes conflitos e como se manifesta distintamente nos territórios afetados.

A pesquisa visa compreender para transformar, começando por contribuir para a reflexão sobre as alternativas de atuação específica que leve em consideração as particularidades territoriais, além de buscar analisar como o fenômeno da *chacina* aparece enquanto instrumento de poder dentro de escolhas estratégicas que são postas em prática pelos atores envolvidos nestes conflitos. O recurso à eliminação de vidas se torna um ativo político, a produção de mortes se transforma em uma demonstração de força para a esfera pública, tem o poder de uma mensagem,

criando um efeito de dramatização (SILVA, SANTOS e RAMOS, 2019). Consistiu, assim, em um levantamento de casos de chacina veiculados pela imprensa jornalística, buscando descrever o fenômeno – atores, motivações, reações –, a diversidade de contextos em que ocorrem – conflitos por terra, atuação de agentes de segurança pública, fora e em serviço – e também as mobilizações após o evento – manifestações, ativismo jurídico, mudanças institucionais, entre outros.

O percurso desta primeira fase da pesquisa, que passou pela identificação e caracterização do fenômeno, foi atravessado pelas limitações das próprias fontes de informação sobre o assunto. Homicídios com três ou mais vítimas fatais em uma ação planejada não são codificados como “chacina” ao nível jurídico, sendo registrados como homicídios múltiplos em inquéritos policiais e processos judiciais, razão pela qual não se verifica a constituição de estatísticas e informações sobre o tema que provenham de órgãos oficiais. Para contornar esse entrave, recorreremos à fonte onde a própria categoria *chacina* ganha densidade operacional e significado: os jornais e noticiários brasileiros.

São nas manchetes e reportagens que a categoria *chacina* vai ganhando espaço no imaginário social brasileiro, nos tornando o país onde o termo que se referia ao abate de animais, passa a ser ressignificado para descrever o assassinato massivo de pessoas. Em todo o percurso, são registrados entraves para avançar no combate aos massacres, chacinas e violações. Tratam-se de acontecimentos que acompanharam as ações governamentais ao longo de uma democratização que alcançou poucos, tendo sido marcada por atos de violência que afetam, sobremaneira, grupos e territórios racializados. São percursos que nos lembram que “ainda somos o país das chacinas” (SINHORETTO; TOLEDO, 2019).

Para viabilizar o projeto, reconheceu-se o potencial da imprensa como fonte para a construção de um banco de dados sobre chacinas no Brasil que permitisse o mapeamento dos principais contornos do fenômeno. Portanto, para este estudo, a decisão foi pela construção de uma base de dados a partir de notícias da imprensa, contemplando catego-

rias que permitissem a caracterização das ocorrências (local, horário, provável motivação etc.), das vítimas e autores (idade, gênero, profissão, raça/cor etc.) e das repercussões institucionais/judiciais (investigação e julgamento) e sociais/políticas (levantes, manifestações) destes casos. É certo, contudo, que há um viés próprio da fonte, dado que nem todos os casos ocorridos são noticiados. Há também um viés de escolha do termo “chacina”, pois, apesar de ser um termo jornalístico, não é sempre utilizado pelos meios de comunicação. Neste contexto, o objetivo foi coletar dados sobre casos e pessoas envolvidas em ocorrências envolvendo três ou mais vítimas fatais em casos de homicídio.

Para a identificação de notícias de interesse que alimentariam a base de dados, foi utilizado o motor de buscas na internet Google, referenciando as pesquisas por períodos de uma semana que retornam casos dos mais diferentes veículos de comunicação. Foram coletados todos os casos identificados para os anos de 2011 a 2020. As principais reportagens foram lidas e, a partir das informações oferecidas, o banco foi alimentado segundo os campos elaborados pela equipe de pesquisa. Os campos previstos caracterizam a ocorrência, as pessoas envolvidas, o encaminhamento institucional do caso e sua repercussão política.

Acerca do termo “chacina” e outras iniciativas que atuam com o tema

As chacinas representam objeto crucial em discussões sobre direitos humanos e segurança pública no Brasil. Nos últimos anos, o debate público sobre essa temática ganhou tração, impulsionado por eventos do tipo em favelas e comunidades periféricas. Dentre a multiplicidade de casos, verifica-se uma profusão de operações policiais que resultaram na morte de dezenas de pessoas, a exemplo da Chacina do Jacarezinho, em maio de 2021, com 28 pessoas vitimizadas; da Chacina Vila Cruzeiro, em maio de 2022, com 23 pessoas assassinadas; e, mais recentemente, da Operação Escudo, da Polícia Militar, que começou dia 28 de julho no Guarujá e

segue ocorrendo até o momento da escrita deste documento¹, que vitimou pelo menos 27 pessoas, consistindo na mais letal operação da polícia paulista nos últimos 30 anos. São casos que trazem importantes questões sobre letalidade e violência policial no Brasil, mas sobretudo trazem novamente à tona uma discussão sobre a definição do termo chacina.

A disputa política sobre os contornos conceituais de chacinas impõe questões metodológicas às pesquisas interessadas em investigar esses eventos, afinal a conceituação do fenômeno detém grande importância para a consolidação de seu entendimento.

Ao explorar a produção existente sobre chacinas no Brasil é possível identificar a existência de uma diversidade de abordagens, utilizações e interpretações acerca do que se trata esse fenômeno. Ao nível acadêmico, Silva Júnior, Santos Neto e Souza (2023) identificam 25² trabalhos de pós-graduação que tematizam chacinas em sua centralidade, perfazendo 18 dissertações e 7 teses de doutorado distribuídas entre 1994 e 2023. Silva Júnior (2023)³, ao analisar esse conjunto bibliográfico, aponta que a maior parte dessa produção trata de casos denominados como chacinas sem necessariamente empregar tentativa sistemática de definição dos contornos desse fenômeno como elemento específico da violência letal no Brasil, em geral representando análises individualizadas.

Ainda assim, tem-se que as investigações já existentes possuem profunda relevância para a compreensão das dinâmicas sociais que envolvem as chacinas, acumulando abordagens metodológicas diversas. A ausência de dados oficiais de chacinas, por exemplo, tem por consequência a necessidade de que os elementos levantados advenham de diferentes origens, ao que diversas pesquisas partem da realização de entrevistas,

¹ Setembro de 2023.

² São eles, em ordem alfabética: Aguiar, 2017; Araújo, 2007; Aseff, 2017; Barbosa, 2019; Barreto, 2019; Bastos, 2013; Brabo, 2020; Castro, 2020; Chaves, 2020; Ferreira Júnior, 2019; Filho, 2010; Gonçalves, 2017; Lima, 2016; Oliveira, 1994; Oliveira, 2017; Oliveira, 2020; Oliveira Neto, 2020; Pequeno, 2018; Rocha, 2007; Silva, 2014; Silva, 2017; Souza, 2014; Soares, 2021; Souza, 2021; Vedovello, 2022.

³ Dissertação apresentada após o levantamento anterior.

exploração de documentos heterogêneos, análise do discurso jornalístico, entre outras formas, para a apresentação dos fatos constitutivos do caso eventualmente analisados.

Por outro lado, identificam-se outras abordagens para a reunião de registros de chacinas. Os dados sobre violência coletados pela Rede de Observatórios da Segurança e o Instituto Fogo Cruzado compreendem chacinas como “eventos onde há 3 ou mais civis mortos por arma de fogo em uma mesma situação, independente do motivo dos disparos” (FOGO CRUZADO, 2021-A, p. 4). Por sua vez, ao analisar especificamente chacinas policiais, o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos – GENI (2022, p. 6) apresenta sua definição estatística enquanto “mortes múltiplas com três ou mais óbitos decorrentes das ações policiais”. Em ambos os casos, trata-se de uma definição que tem o quantitativo de vítimas como critério central para a determinação de chacinas. Dessa abordagem metodológica resulta a caracterização de um número significativamente maior de casos, tendo em vista que independe do emprego do termo como forma de intitular o acontecimento, em si.

A metodologia assumida aqui se constitui em outro caminho na abordagem de chacinas⁴. Os dados coletados são demonstrativos de casos de homicídios múltiplos representados por veículos jornalísticos a partir do termo chacina – evidenciando, portanto, parte dos sentidos sociais acumulados na compreensão daqueles fatos em determinada esfera da opinião pública. Todavia, tomar o enquadramento da imprensa como parte da definição estatística de chacinas é uma abordagem que exige considerar as relações de poder determinantes para a construção do discurso midiático.

Ainda que a maior parte das vítimas de homicídios no Brasil seja de pessoas negras – especialmente pobres, jovens, homens, negros (REIS,

⁴ De certa forma, a metodologia de levantamento se aproxima muito da abordagem empregada por Vedovello (2022), especialmente no que concerne aos critérios estatísticos, ainda que as pesquisas tenham sido desenvolvidas de forma simultânea e independente.

2010) –, o discurso midiático em atividade no país não tem o costume de destacar o racismo como fator preponderante na ocorrência dessas mortes. No caso das chacinas, observa-se o emprego de um esforço ainda maior de justificação das vitimizações, de modo que inclusive a utilização dessa denominação é aspecto de disputa entre os veículos jornalísticos. É algo que pode ser verificado em casos como os ocorridos no Jacarezinho e Vila Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro, em que parte da mídia tradicional se opôs a denominar tais acontecimentos como chacinas. Uma dinâmica das relações de poder que adquire diversas formas, inclusive na baixa repercussão de eventos do tipo que não tenham ocorrido nos grandes centros urbanos e no eixo Sul-Sudeste.

Não obstante seja composto um conjunto significativamente menor de chacinas quando comparado a outras metodologias, do levantamento aqui realizado deriva um levantamento com maior detalhamento de cada caso específico e certa heterogenia entre suas características gerais, possibilitando a identificação de padrões entre seus elementos e análises sistemáticas. É no que se centra a presente pesquisa.

Nossa escolha metodológica (ponderações críticas)

Analisar as chacinas como uma estratégia para compreender as intencionalidades que informam a dinâmica de violência no Brasil foi o objetivo adotado quando do início do desenvolvimento deste estudo (SILVA, SANTOS e RAMOS, 2019). Teve-se como primeiro passo um levantamento, a partir das notícias de jornal disponíveis na internet, dos casos de chacina que ganharam repercussão midiática. Foram considerados parte do fenômeno as ocorrências com pelo menos três vítimas fatais. Assim, a partir do buscador Google, com filtro de intervalos semanais, foram recolhidas informações sobre casos reportados em todo o país. Para cada caso identificado, buscaram-se pelo menos três diferentes jornais que o tenham noticiado, utilizando como fonte para complementar informações e identificar possíveis contradições na descrição do caso.

Os links das notícias foram salvos em um documento, assim como a fotografia das pessoas envolvidas – quando disponível.

A maioria das notícias não apresentava o perfil racial das vítimas ou executores. Nos casos em que haviam imagens disponíveis, a classificação racial foi realizada pela então pesquisadora e atual pesquisador responsáveis pelo levantamento e construção do banco de dados. Todas as imagens foram utilizadas em posterior processo de heteroclassificação.

Tipologias identificadas e estudo dos casos emblemáticos

Uma vez realizado o mapeamento de notícias reportando casos de chacina em um recorte de dez anos – 2011 a 2020 –, identificamos vieses na própria fonte de dados utilizada que demonstraram adesão a uma determinada tendência narrativa para reportar os casos. Ou seja, a versão fornecida por agentes de segurança do Estado, como policiais militares, delegados e advogados foi amplamente difundida na descrição e justificativa da motivação desses eventos violadores.

Isso nos colocou diante de 786 casos de chacina que, a partir da forma como foram noticiados, indicaram três elementos preliminares que deram ensejo à segunda fase da pesquisa – voltada para a elaboração de estudos iniciais de casos emblemáticos de chacina que tiveram relativa repercussão na esfera pública –, quais sejam: 1) a profusão de matérias e reportagens jornalísticas que silenciam com relação às dinâmicas raciais que envolvem cada caso e a sobrevivitização de pessoas negras nas chacinas noticiadas, assim como formas de reportar que desumanizam as vítimas e reforçam estigmas racistas de grupos e territórios violados; 2) a forte adesão das matérias jornalísticas às narrativas fornecidas por agentes de segurança pública, na grande parte das vezes sem, sequer, considerar as versões concedidas por familiares, moradores dos territórios afetados, ativistas ou especialistas; 3) uma grande quantidade de casos creditados à motivação “conflito entre facções criminosas” em disputa por território para “tráfico de drogas”.

Com a exploração do banco de dados constituído, foram identificadas outras circunstâncias fundamentais que, somadas às anteriores, permitem distinguir casos de chacina, são elas: 1) conflitos agrários e disputas por recursos naturais no campo; 2) violência de gênero, manifestada principalmente a partir de feminicídios; 3) policiamento, chacinas com a participação de agentes de segurança pública em serviço (especialmente em operações policiais) e fora dele (mormente atuação de milícias); 4) conflagração de conflitos em unidades penitenciárias, em geral como desdobramento de dinâmicas violentas do encarceramento em massa e mecanismos da política de guerra às drogas. Assim, foram constituídas as tipologias descritas em Ramos e Costa (2023), compondo chacinas relacionadas a facções criminosas e/ou tráfico de drogas; atuação policial; operação policial; atuação da milícia; grupo de extermínio; conflito agrário; e feminicídio e casos associados.

A seleção dos casos emblemáticos teve por um dos principais critérios a repercussão pública da chacina, assim como em atenção à distribuição nessas diferentes categorias. As características e dinâmicas de cada conflito podem, ou não, ser identificadas em determinados casos cujos desdobramentos foram recuperados por meio de notícias, documentos e a oralidade de pessoas envolvidas. Quatro encontros virtuais com especialistas e lideranças comunitárias foram realizados com o objetivo de apresentar os acúmulos e os achados do banco de dados e a validação dos casos a serem aprofundados, a partir dos quais é possível revelar importantes dinâmicas da violência racial em nosso país.

Com a determinação de 8 casos – sendo 2 para cada motivação –, foi realizado levantamento das informações disponíveis em notícias, relatórios, filmes, documentários e vídeos, assim como ações e repercussões nas esferas jurídica e legislativa. Dessa forma, foram definidos cinco conjuntos de agentes a serem entrevistados em cada caso, sendo: político (membros de entes dos poderes executivo e legislativo); segurança e justiça (membros de entes como Ministério Público, advogados, defensores, policiais); esfera associativista (membros de entidades ativistas/

integrantes de movimentos sociais e de familiares); envolvidos diretos (sobreviventes, acusados); mídia e comunicação (jornalistas, cineastas).

Em continuidade, foram envolvidas ativistas de cada território em que os casos ocorreram, com as quais foram realizadas formações coletivas a fim de apresentar os casos, alinhar objetivos e sanar dúvidas. Elas fizeram a interlocução com os atores identificados, por meio de entrevistas semiestruturadas com roteiros elaborados pelos pesquisadores da equipe do Reconexão Periferias e demais entidades colaboradoras. As entrevistas foram realizadas virtualmente, via Zoom, gravadas e depois transcritas – também por pessoas ativistas. O processo todo de pesquisa foi realizado com discussões coletivas, pessoal e virtualmente.

Cada caso tem seu percurso e traz seus próprios elementos, o que está em todos é a escolha dos circuitos de pessoas a serem consultadas, buscando identificar a repercussão midiática, na política institucional, no associativismo, na esfera jurídica, além de dar centralidade às narrativas de familiares de pessoas vitimadas, moradores de territórios afetados e sobreviventes de chacinas. Como cada caso será abordado mais detidamente em cada um dos cadernos, nos limitamos a apresentar, por ora, breves informações, apenas para orientar a leitura do presente documento.

CASO	DATA	LOCAL	TIPO DE CONFLITO IDENTIFICADO
Massacre de Realengo	07 de abril de 2011	Escola Municipal Tasso Da Silveira – Realengo, Rio de Janeiro/RJ	Feminicídio
Chacina de Belém	04 e 05 de novembro de 2014	Guamá, Terra Firme e Condor – Belém/PA	Atuação da milícia
Massacre do Compaj	01 de janeiro de 2017	Complexo Anísio Jobim (Compaj)	Encarceramento em massa e política de drogas
Chacina de Campinas	01 de janeiro de 2017	Campinas/SP	Feminicídio
Massacre de Pau D'arco	24 de maio de 2017	Assentamento Fazenda Santa Lúcia – Pau D'arco/PA	Conflito agrário
Massacre Quilombo de Iúna	06 de agosto de 2017	Quilombo de Iúna – Lençóis, Chapada Diamantina/BA	Conflito agrário e disputa por recursos naturais
Chacina do Salgueiro	11 de novembro de 2017	Complexo do Salgueiro, São Gonçalo/RJ	Operação militar do exército
Massacre do Compaj	26 de maio de 2019	Complexo Anísio Jobim (Compaj)	Encarceramento em massa e política de drogas

Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

O momento da escrita foi construído a muitas mãos, em um percurso atravessado por longas conversas. Escolhemos coletivamente a abordagem de acordo com as informações coletadas e, a partir disso, entramos num processo de entrevistas, respeitando, sobretudo, o anonimato das pessoas entrevistadas, exceto aquelas pessoas que já estavam publicamente envolvidas diretamente ou indiretamente no desfecho do caso e optaram por manter seus nomes verdadeiros. As pessoas mobilizadoras das pesquisas, coincidentemente ou não, são todas mulheres, ou estiveram presencialmente nos territórios onde as chacinas ocorreram ou tentaram, mesmo a distância, desenvolver uma relação de confiança com as pessoas entrevistadas. Antes de cada entrevista, a permissão para gravação era solicitada e as entrevistas foram gravadas não somente para uma simples transcrição, que teve por fim a utilização desse material, como a principal fonte dessa pesquisa, mas cada entrevista nos demonstrou a dor que essas pessoas sentem ao recordar ou rememorar os acontecimentos, o choro entalado, os minutos de pausa para responder cada pergunta, a indignação por expor, pela primeira vez, narrativas outras que não sejam aquelas faladas por terceiros no calor do acontecimento. Tomamos bastante cuidado para respeitar também as perguntas para as quais como respostas só tivemos o silêncio carregado de emoção por cada memória revivida. Frisamos aqui também que nessa pesquisa as pessoas não foram e não são objetos de pesquisa, os objetos aqui são de fato as chacinas ocorridas e analisadas – compreendemos que essas pessoas são, também, as principais protagonistas dessa pesquisa, pois a metodologia de campo e as estratégias metodológicas adotadas nos permitiram ter acesso a narrativas outras, pois sabemos bem o perigo de uma história única⁵. Por isso, a metodologia desta pesquisa dá grande respaldo a outras narrativas que não encontramos nos veículos de comunicação, muitas delas carregadas do desejo de justiça.

⁵ Chimamanda Ngozi Adichie, *O perigo de uma única história*.

Referências

- AGUIAR, Claudia Cristina Trigo de. *A Praça Sete Jovens e a expansão do poder punitivo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19794>.
- ARAÚJO, Fábio Alves. *Do luto à luta: a experiência das mães de acari*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/brazil/voces/araujo.pdf>.
- ASEFF, Marlon Gonsales. *No Portão da fábrica: trabalho e militância política na fronteira de Santana do Livramento/Rivera (1945-1954)*. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173724>.
- BARBOSA, Raoni Borges. *Emoções, lugares e memórias: um estudo sobre apropriações morais da Chacina do Rangel*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34433>.
- BARRETO, Leonardo D'almeida Couto. *"Chacina das Cajazeiras": Facções criminosas e crimes violentos letais intencionais em Fortaleza/CE*. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) — Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=90894>.
- BASTOS, Dafne Fernandez de. *Castanhal Ubá: violação de direitos humanos na Amazônia paraense*. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Pará. Belém, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6374>.
- BRABO, Fabia Maria Sepedo. *A periferia e o jornalismo policial paraense: as construções e percepções de moradores do bairro do Guamã*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) — Universidade Federal do Pará. Belém, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13041?locale=pt_BR.
- CASTRO, Jetur Lima de. *"Poderia ter sido você": autorrepresentação, dimensão sensível e intersubjetiva da violência no bairro da Terra Firme, em Belém*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13043/1/Dissertacao_PoderiaTerSido.pdf.
- CHAVES, Tyara Veriato. *Entre escrita e olhar: uma poética da violência*. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/112894>.
- FERREIRA JÚNIOR, Sérgio do Espírito Santo. *Configuração do acontecimento violento em narrativas jornalísticas: chacina da região metropolitana de Belém em Diário do Pará e o Liberal*. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11074>.
- FREITAS, Felipe (org.). *Violência no Brasil: desafio das Periferias*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Painel de dados sobre Chacinas. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/painel-de-violencia/>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- GONÇALVES, Cleverson. *Na terra e na serra da chacina: mudanças, permanências e invisibilidades no centro do Paraná*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000214820>.
- JULIÃO, Alexandre. *Abrem-se as cortinas do Teatro de Guerra: a “Chacina de Belém” e o assassinato de homens negros em cena*. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/113667270/Abrem_se_as_cortinas_do_Teatro_de_Guerra_a_Chacina_de_Bel%C3%A9m_e_o_assassinato_de_homens_negros_em_cena.
- LIMA, Laura Gonçalves de. *Crimes de Maio: estigmas e memórias da democracia das chacinas*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20831/1/2016_LauraGon%C3%A7alvesdeLima.pdf.
- OLIVEIRA, Ruth Helena Rocha de. *A reforma agrária e suas implicações no processo de desenvolvimento do Estado de Rondônia*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8410>.
- OLIVEIRA, Nara Fonseca de Santa Cruz. *Direito ao esquecimento e liberdade de expressão: posicionamento do STJ nos Casos “Chacina da Candelária” e “Aída Curi”*. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/971#preview-link0>.
- OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. *Sangue nos olhos: sociologia da letalidade policial no Estado do Pará*. Tese (doutorado em sociologia) - Universidade de Brasília. Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38542/3/2020_SandovalBittencourtdeOliveiraNeto.pdf.
- PEQUENO, Leticia Sampaio. *Tempo de luto, hora de luta: sofrimento e resistências das mães de adolescentes vítimas da chacina de Messejana em Fortaleza/CE*. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84262>.
- RAMOS, Paulo César; COSTA, Sofia Helena Monteiro de Toledo. *As raízes do conflito social construindo uma tipologia das chacinas*. São Paulo, FPA, 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/wp-content/uploads/2023/11/AS-RAIZES-DO-CONFLITO-SOCIAL-CONSTRUINDO-UMA-TIPOLOGIA-DAS-CHACINAS.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- REIS, Vilma. *Atucados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 - 2001*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/13695/1/Atucados%20pelo%20Estado%20-%20Vilma%20Reis.pdf>.
- ROCHA, Marilene Sousa Pantoja da. *“Chacina do Paar”: as dimensões do poder no universo policial*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5299>.

- SILVA, David Esmael Marques da. *Da festa à chacina: formas de gestão da violência e do crime em São Carlos/SP*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6767>.
- SILVA, Elen Glauciene. *Chacina do Duro: do evento à representação dos acontecimentos*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7744>.
- SILVA, Uvandererson Vitor da; SANTOS, Jaqueline Lima dos; RAMOS, Paulo César. *Chacinas e a politização das mortes no Brasil*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/04/Chacina-final4-pdf.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- SILVA JÚNIOR, A.; SANTOS NETO, F.; SOUZA, L. “Matou o cara certo que é da sua cor”: chacinas e masculinidades negras nos estudos acadêmicos”. Brasília, *Revista Latino Americana de Criminologia*, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/relac/article/view/47780/39065>.
- SINHORETTO, Jaqueline; TOLEDO, Sofia. “Ainda somos o país das chacinas”. *Reconexão Periferias*. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/12/reconexaoedicaodezembro_19.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.
- SOARES, Dandara Vicente. *Justiça segundo as mães de Acari: 30 anos depois*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22915>.
- SOUZA, Oneider Vargas de. *As lutas operárias na fronteira: a chacina dos quatro As (Livramento / RS 1950)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9654>.
- VEDOVELLO, Camila de Lima. *Quem sangra na fábrica de cadáveres? As chacinas em São Paulo e RMSP e a Chacina da Torcida Organizada Pavilhão Nove*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=553188>.

**CHACINAS E POLICIAMENTO:
Os casos de Belém e
Complexo do Salgueiro**

Introdução: dados sobre chacinas e policiamento

Sofia Helena M. T. Costa

Ruan Bernardo

Paulo César Ramos

O levantamento de casos de chacinas, tendo como fonte as notícias de jornal, tem sido realizado pelo projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, desde 2018. Na pesquisa *Chacinas e a politização das mortes no Brasil*, nos debruçamos na identificação dos principais agentes sociais e instituições envolvidas nesses casos; qual a repercussão que eles têm; o perfil das pessoas envolvidas e os encaminhamentos jurídicos. Cobrimos um período de dez anos, coletando casos reportados em notícias de jornal de 2011 a 2020, de todo Brasil – com exceção do estado do Amapá –, e identificamos 786 casos de chacina nesse período¹.

Entre as principais motivações apresentadas para os casos de chacinas, nos debruçamos em quatro que mais recorrentemente foram acionadas para justificar as execuções: o conflito agrário (11 casos) e disputa por recursos naturais; feminicídio (42 casos); mortes decorrentes da política de drogas adotada no país (221 casos), que reverbera em um histórico de massacres em presídios; por fim, as práticas de policiamento (111 casos) que se manifestam em ações em serviço, como operações

¹ Os dados recolhidos nesse período estão disponíveis no Painel de Dados das Periferias: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/painel-de-violencia/>.

policiais, abordagens; e, também, a atuação fora de serviço, envolvendo ações de grupos de extermínio e milícias.

Esses conflitos foram muitas vezes apresentados nas notícias como os motores que impulsionam essas execuções, essas narrativas tinham como principais interlocutores policiais e/ou outros agentes de segurança. Se há um caso de chacina, em especial em territórios periféricos, a justificativa antes de qualquer investigação é que há suspeita de envolvimento com tráfico de drogas, com facções, suposições de que houve conflito armado, tiroteio, resistência à prisão, entre outras narrativas que se espalham nessas notícias e que reforçam um lugar de estigma de territórios e corpos racializados.

Estes dados precisam ser interpretados dentro de um cenário amplo de conflitos sociais que envolvem um resultado final que é o assassinato de grupos de indivíduos. Eles não são uma amostra estatística dos homicídios do Brasil, mas podem ser considerados um emblema dos conflitos que produzem os homicídios, pois podem ser considerados a face mais dramática e dramatizada da sua dinâmica. Chacinas, consideradas uma ocorrência com três ou mais assassinatos conectados pela mesma causa, podendo envolver um ou mais autores, são uma ação planejada de coletivos organizados, praticados com a finalidade de passar uma mensagem e/ou demonstrar poder na disputa por recursos materiais, institucionais, simbólicos ou materiais. Elas são uma ação coletiva que faz parte da rotina de grupos que disputam domínios e são aprendidas e reproduzidas coletivamente. Por isso, ela possui várias facetas: institucionais, societárias, midiáticas, econômicas etc, e requerem múltiplas estratégias para serem compreendidas.

Como estratégia complementar às informações que são invisibilizadas nas notícias de jornal, problematização já abordada em outros trabalhos nossos (COSTA; FARIAS; DAMASCENO, 2024), optamos pela abordagem de estudo de caso para compreender melhor os desdobramentos e, em especial, a repercussão que casos emblemáticos de chacina adquirem quando são publicizados. Assim, buscamos dialogar com agentes

do campo jurídico, como pessoas que atuam como promotoras, advogadas; agentes do jornalismo; agentes da política institucional, como pessoas que atuam na vereação; especialistas que atuaram nos casos e/ou com os temas; pessoas de movimentos sociais que contribuíram para mobilização em torno dos casos e de suas agendas políticas; moradores dos territórios afetados; e, também, com pessoas diretamente envolvidas nos casos, como sobreviventes e familiares de vítimas. Essa segunda fase da pesquisa foi realizada em parceria com a Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD) e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

Foram selecionados oito casos de chacinas que ocorreram no período de 2011 a 2020, e que reúnem características significativas que nos interessam por compor o universo do fenômeno das chacinas, da violência e sua relação com as desigualdades. Ou seja, para nossos interesses, os casos selecionados são emblemáticos pois retratam os principais tipos de disputas travadas nas periferias do país. As tipologias apresentadas são indícios das diferenças de contexto e de conflitos envolvendo as chacinas e como se manifestam de formas diversas de acordo com as especificidades regionais (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019).

Os resultados desse estudo de casos emblemáticos fazem parte da segunda fase da pesquisa, e estão sendo publicados na coleção *Chacinas e a politização das mortes: estudo de casos*, o primeiro caderno está voltado para o estudo de “Chacinas e Femicídios: os casos de Realengo e Campinas” (COSTA, FARIAS, DAMASCENO, 2024), já o presente caderno “Chacinas e Policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro”, se debruça nos casos envolvendo agentes e instituições de segurança pública e privada, chacinas que foram provocadas por agentes em serviço ou fora de serviço. O terceiro e quarto cadernos estão dedicados ao estudo de casos de conflito agrário e casos envolvendo a política de drogas adotada no país.

No período de 2011 a 2020, mapeamos 111 casos de chacinas cujas motivações apresentadas estavam relacionadas a formas de policiamen-

to – em serviço ou fora de serviço –, casos desse tipo foram reportados em todos os anos. Os anos de 2019 e 2020 são os que mais chamam atenção por muitas chacinas decorrentes do policiamento. O ano de 2019 destaca o pico de casos praticados em serviço, principalmente execuções durante operações policiais – foram pelo menos 12 ocorrências. Já em relação ao segundo ano em destaque, 2020, casos praticados fora de serviço tiveram seu maior pico, destacam-se como perpetradores os grupos de extermínio – foram oito casos reportados nesse mesmo ano.

Distribuição de casos por policiamento dentro e fora de serviço

Tipos de policiamento	Total de casos
Em serviço	59
Fora de serviço	52

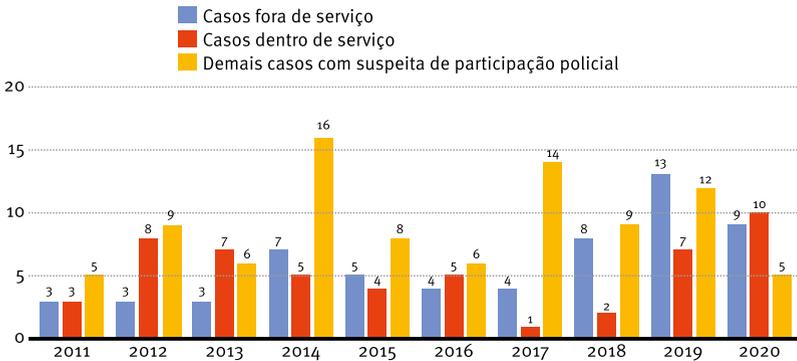
Fonte: elaboração da pesquisa Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Quando realizamos o levantamento das notícias, construímos um campo no instrumento de coleta voltado para identificação de casos de chacinas que envolvem a suspeita de participação policial. Ou seja, mesmo os casos de chacinas que possam ter sido publicizados como motivados por outros tipos de conflito, se houve alguma denúncia ou suspeita da participação de agentes de segurança do Estado na chacina, registramos também como um caso com suspeita de participação policial. Por exemplo, há casos em que o tipo de arma de fogo e a cápsula da bala são de uso restrito da polícia; ou ainda, quando testemunhas afirmam que policiais teriam passado antes pelo local e agido de maneira agressiva, proferido ameaças antes da chacina, entre outros elementos que indicam a possibilidade de participação desses agentes, mesmo quando não é reconhecido como a motivação oficial da chacina.

Neste campo, 90 casos de chacina foram registrados – além daqueles distribuídos entre as motivações de policiamento fora e dentro de serviço –, esses casos de suspeita de participação policial estão distribuídos entre diferentes motivações, como: acerto de contas (2 casos), conflito agrário (2 casos), facções criminosas ou tráfico de dro-

gas (17 casos), feminicídios e casos associados (5 casos), motivo torpe (4 casos), várias versões (9 casos), vingança (9 casos); além dos casos em que a motivação não foi divulgada e/ou identificada nas notícias, correspondendo a 42 chacinas sem essa informação de motivação, mas nas quais há suspeita de participação desses agentes. Os casos com motivação não identificada são os mais recorrentes nesse campo, principalmente nos anos de 2014 e 2017, ano que também ocorreu o caso da chacina no Complexo do Salgueiro que nos aprofundamos mais adiante neste caderno.

Casos de chacinas motivadas por policiamento fora e dentro de serviço e demais casos com outras motivações e suspeita de participação policial por ano, 2011 a 2020, Brasil



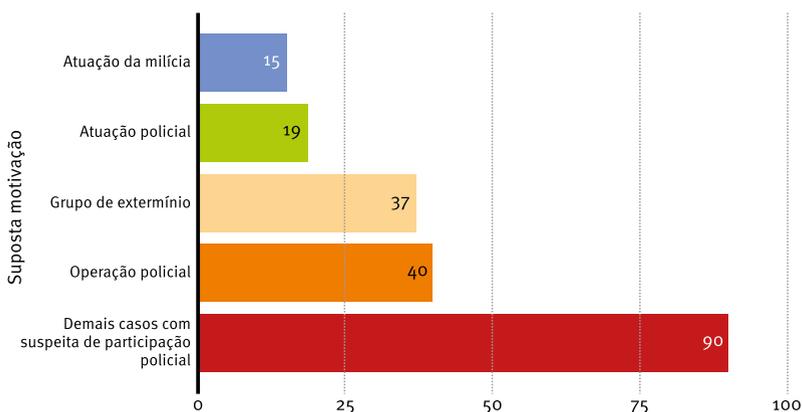
Fonte: elaboração da pesquisa Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

A seguir, apresentamos a distribuição dos casos entre as motivações. Quando levamos em consideração casos de chacinas praticadas em serviço, aqueles que são motivados por operação policial destacam-se em comparação aos casos por atuação policial, que normalmente se referem a abordagens de rotina, isso pode ser um indicativo de que ações planejadas têm maior incidência em chacinas.

Em relação aos casos de chacina praticados por agentes fora de serviço, a maioria dos casos indica o envolvimento de grupos de extermínio. Como nossa fonte de dados é de notícias de jornal, temos que

considerar a escolha de uso de determinados termos em detrimento de outros, como o uso do termo “milícia”, que aparece com mais frequência em casos de chacina praticados no Rio de Janeiro. Em outros estados, ainda é difícil o reconhecimento da atuação desses grupos paramilitares e a nomeação destes quando realizada as reportagens. A quantidade de casos de chacina praticados por agentes de segurança em serviço e fora de serviço não destoam muito entre si, ou seja, as chacinas motivadas por práticas de policiamento são frequentes, e os agentes dessas instituições policiais perpetram essas ações mesmo fora do momento de trabalho.

Casos de chacinas motivadas por policiamento fora e dentro de serviço e demais casos com outras motivações e suspeita de participação policial, 2011 a 2020, Brasil



Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Com relação ao perfil das vítimas fatais nas chacinas por policiamento, 528 pessoas foram vitimadas, a maioria homens (502 pessoas), jovens de 15 a 29 anos (228 pessoas) e adultos de 30 a 59 anos (57 pessoas). Com relação à raça/cor dessas vítimas fatais, o que chama atenção é a indisponibilidade de dados, mesmo assim a população negra segue sendo a mais vitimada quando essa informação é identificada, das 76 vítimas das quais foi possível mapear o perfil racial, 55 eram negras (soma de pardas e pretas).

Vítimas Masculinas em casos de chacinas em serviço (Operação policial e Atuação Policial)

Raça/cor	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	Acima de 60 anos	Sem informações de idade
Branco	1	3	2	0	1
Indígena	0	2	2	0	0
Negro	2	15	0	0	0
Sem informação	2	85	11	1	160

Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Vítimas masculinas em casos de chacinas fora de serviço (Grupo de Extermínio e Atuação da Milícia)

Raça/cor	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	Acima de 60 anos	Sem informações de idade
Branco	1	7	2	0	0
Indígena	0	0	0	0	0
Negro	0	22	16	0	0
Sem informação	3	94	39	1	30

Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

As características das 456 vítimas fatais em casos de chacinas com suspeita de participação policial são similares aos casos de policiamento dentro e fora de serviço. Dentre essas, 415 são homens, entre eles 207 são jovens (15 a 29 anos de idade) e 73 têm entre 30 e 59 anos de idade. A falta de informações com relação à raça/cor também se repete, tendo naqueles com essa característica identificada a maioria sendo negros — 38 entre os 63 identificados. Nesse caso, são 109 vítimas masculinas sem nenhuma outra informação identificada.

Vítimas masculinas em casos de chacinas com suspeita de participação policial

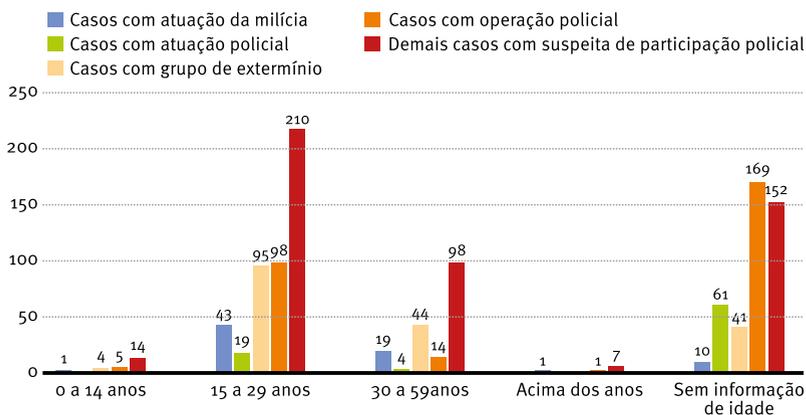
Raça/cor	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	Acima de 60 anos	Sem informações de idade
Branco	1	10	10	0	4
Indígena	0	0	0	0	0
Negro	2	29	2	0	5
Sem informação	9	168	61	5	109

Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Identificamos, nos casos de chacina por policiamento, 26 vítimas mulheres e nos casos em que há suspeita de participação policial, identificamos 41 mulheres executadas. Os dados com relação ao perfil racial dessas vítimas são limitados e, diferentemente das vítimas masculinas, a faixa etária das mulheres vitimadas não está concentrada na juventude, e se apresenta muito mais dispersa ao longo da vida. Ou seja, as mulheres vitimadas em chacinas por policiamento não tinham um perfil etário específico; no caso delas, pode ser que outros marcadores, como gênero, raça, território, acabam tendo um peso maior para vulnerabilidade diante das práticas de policiamento adotadas no país, pelo menos, nos casos de chacina que identificamos.

Abaixo, o gráfico de distribuição da faixa etária das vítimas fatais de acordo com as informações disponibilizadas acima.

Vítimas fatais em casos de chacina por policiamento fora e dentro de serviço e casos com suspeita de participação policial distribuídas por faixa etária, 2011 a 2020, Brasil

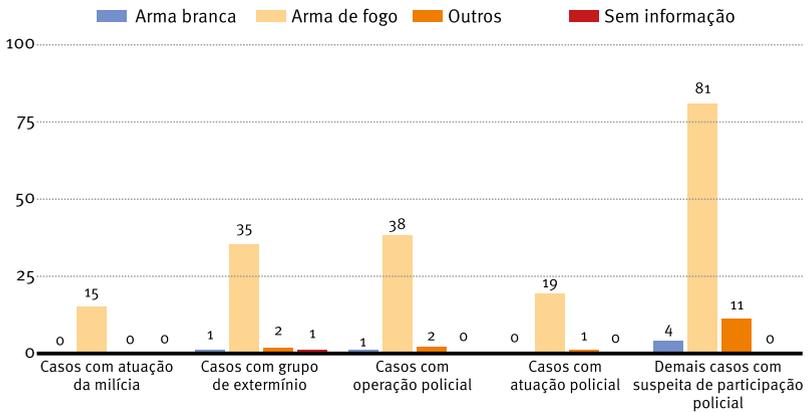


Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

A seguir, apresentamos os dados em relação aos meios de agressão utilizados em casos de chacinas por policiamento, fora e dentro de serviço, e em casos com suspeitas de participação policial. Nestes, armas de fogos aparecem 89% das vezes na totalidade dos casos. Além desse

meio, outras formas de agressão aparecem com frequência nos casos de chacina. Apresentados como “outros” meios de agressão, em casos com grupos de extermínio foram utilizadas torturas e outros tipos de agressões físicas, já nos demais casos com suspeitas de participação policial foram utilizadas carbonização e asfixia. No gráfico abaixo, disponibilizamos quantas vezes cada meio de agressão apareceu, ou seja, há casos em que foram utilizados mais de um meio de agressão, consideramos todos que foram utilizados.

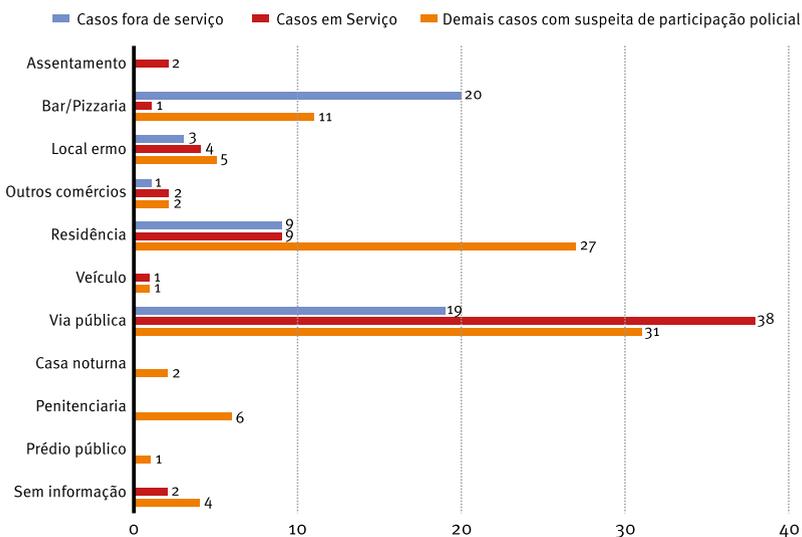
Casos de chacinas com participação policial fora e dentro de serviço e demais casos com suspeita de participação distribuídos por meios de agressão, 2011 a 2020, Brasil



Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Apresentamos também os casos de policiamento fora e em serviço e os demais casos com suspeita de participação policial por tipo de local, ao longo dos dez anos mapeados. Ainda que exista uma diversidade de locais em que ocorrem os casos, há tendência da concentração de ocorrências em vias e locais públicos. No entanto, a quantidade de casos em locais privados, como residências, bares, pizzarias e outros comércios é muito relevante, principalmente para os casos com suspeita de participação policial em que a localidade de ocorrência consegue ser mais diversa que os casos motivados por policiamento fora e dentro de serviço.

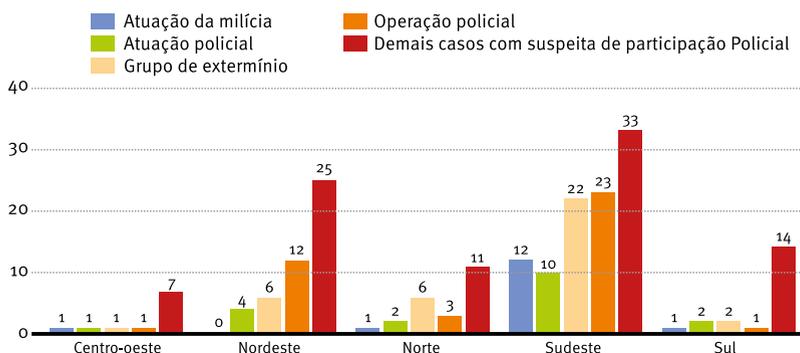
Casos de chacina por policiamento fora e dentro de serviço e demais casos com suspeita de participação policial distribuídos por tipo de local, 2011 a 2020, Brasil



Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Com relação à distribuição regional, não conseguimos identificar nenhum caso de chacina motivada pela atuação da milícia na região Nordeste, e poucos casos de policiamento, fora e em serviço, foram mapeados na região Centro-Oeste. Há ainda uma centralização da cobertura desses casos de chacina por policiamento na região Sudeste. Acreditamos que isso tenha relação com a cobertura jornalística dos próprios veículos, que privilegiam a divulgação do que ocorre na região Sudeste, em detrimento das cidades e estados das demais regiões. Outra possibilidade é a de que as chacinas não sejam um expediente de ação coletiva praticado pelas polícias desses estados ou, ainda, que sejam nomeados de outras formas. Outra dificuldade que encontramos foi mapear qualquer caso de chacina veiculado em jornal que tenha ocorrido no estado do Amapá, mesmo sendo um estado marcado por altos índices de homicídios e mortes violentas. Acreditamos que cabem mais reflexões sobre o viés regional da cobertura jornalística.

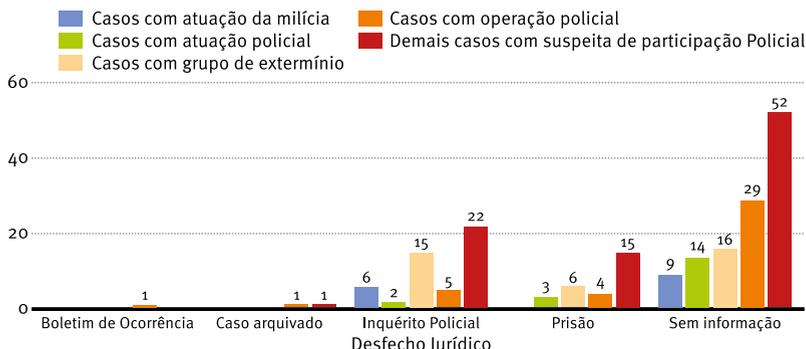
Casos de chacinas distribuídas entre motivações com participação policial fora de serviço e em serviço e outras com a suspeita por região, 2011 a 2020, Brasil



Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Em relação ao desfecho jurídico dos casos de policiamento fora e em serviço e demais casos com suspeita de participação policial, não conseguimos identificar informações sobre as conclusões da maioria dos casos. Alguns tiveram identificação de processo policial de inquérito aberto, porém nem todos tiveram acompanhamento da mídia, o que impediu o acesso às conclusões desses procedimentos investigativos. Esses fatores levaram à baixa identificação de casos com prisões instauradas.

Casos de chacinas com participação policial fora e dentro de serviço e demais casos com suspeita de participação distribuídos por desfecho jurídico, 2011 a 2020, Brasil



Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

É importante agora situar alguns pontos para debate. Em primeiro lugar, é notável como os resultados dos dados de chacinas para as atividades de policiamento são paradigmáticos do fenômeno chacinas como um todo. A presença de armas de fogo, bem como a polarização das chacinas na região Sudeste, além da suspeita de participação policial em casos de outros tipos, mostram como este pode ser considerado um expediente extra ou para oficial constitutivo do fazer policial em alguns estados do Brasil. Além disso, temos que a territorialização destas ocorrências indica uma conduta de extrema violência em determinados territórios, aqueles periféricos, na reprodução de uma lógica colonial de utilização da brutalidade. Estes e outros pontos serão aprofundados nos estudos de casos.

Enfim, depois desta longa introdução, que teve como objetivo apresentar os dados que coletamos em dez anos de cobertura de jornais sobre casos de chacinas, motivadas por práticas de policiamento, não vamos nos prolongar mais, ainda, na apresentação dos dados e cruzamentos, pois eles estão disponíveis para consulta por meio do Painel de Dados das Periferias. Agora, com um entendimento comum de como chegamos nessa motivação e quais elementos qualitativos ela carrega, vamos adentrar aos resultados da segunda fase da pesquisa de *Chacinas e a Politização das Mortes*, o estudo de casos emblemático. A fim de captar aquilo que não foi possível verificar na cobertura jornalística, as versões que ficam de fora. O tom que se segue é de denúncia e apresenta parte dos desafios e provocações do pensar a relação da violência racial quando interseccionada com gênero, faixa etária e território, olhando para casos de chacina com diferentes repercussões. Esperamos contribuir para o avanço nas formulações de propostas e alternativas para transformação desse cenário desumanizador.



Referências bibliográficas:

- TOLEDO, Sofia, et al. *Chacinas e Feminicídios os Casos de Realengo e Campinas*. 1ª ed., vol. 1, vol. 1, São Paulo (SP), Fundação Perseu Abramo, 2024, p.90. Disponível em: fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/producao/chacinas-e-feminicidios-os-casos-de-realengo-e-campinas/. Acesso em: 13 maio 2024.
- SILVA, Uvanderson, et al. *Chacinas e a Politização Das Mortes No Brasil*. 1ª ed., vol. 1, São Paulo (SP), Fundação Perseu Abramo, 2019, p.30. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/producao/chacinas-e-a-politizacao-das-mortes-no-brasil/>. Acesso em: 13 maio 2024.

Teatro de guerra: Policiamento e atividade de milícia na Região Metropolitana de Belém

Alexandre Julião

Introdução

No ano da “Chacina de Belém”, 2014, o estado do Pará registrava a 6ª maior taxa de homicídios de todo o Brasil – números que já cresciam desde 2009, quando contabilizava 42,7 homicídios por 100 mil habitantes. Em perspectiva, a taxa média nacional de homicídios registrou, no mesmo ano, 29,8 por 100 mil habitantes, verificando diminuição de cerca de 20,3% no período entre 2009 e 2019. No sentido contrário, as taxas de homicídios no Pará permaneceram em crescimento pelo menos até o ano de 2019, atingindo seu pico em 2017, quando 54,7 homicídios por 100 mil habitantes foram registrados (IPEA, 2022).

São avolumadas discrepâncias entre as médias nacionais de mortes violentas e as taxas paraenses. O período entre os anos de 2012 e 2019 registrou alta no registro de mortes decorrentes de intervenção policial em todo o país, com crescimento médio de 280%, passando de 1,2 a 3,4 mortes por 100 mil habitantes. No mesmo intervalo, o Pará verificou crescimento de 400% nesta modalidade, com taxas que passaram de 1,8 a 7,5, atingindo seu pico no ano de 2018, com 8,9 mortes em decorrência de intervenção policial por 100 mil habitantes.

O direcionamento racial da violência letal representa outra dimensão da problemática em questão. Em nível nacional e no mesmo pe-

ríodo, registrou-se variação entre 16,1 e 11,2 homicídios de pessoas não negras por 100 mil habitantes, ao mesmo passo em que houve a variação de 34,6 a 29,2 homicídios de pessoas negras por 100 mil habitantes, cujo pico se deu no ano de 2016, com a taxa de 40,2. Em certa medida, o Pará seguiu as tendências nacionais, com variação de homicídios de 13 a 13,3 homicídios de pessoas não negras por 100 mil habitantes. No entanto, a variação com relação a pessoas negras se dá em intensidade inferior, passando de 46,4 a 44,8, ao mesmo passo em que atinge um pico muito superior às médias nacionais no ano de 2017, em que o Pará registra a taxa de 61,7 homicídios de pessoas negras por 100 mil habitantes.

Trata-se de um cenário de alta incidência da violência letal sobre pessoas negras e com grande aumento da letalidade policial em que se multiplicam os casos de chacinas, especialmente aqueles em que há indícios da participação de agentes de segurança pública. Ao condensar diferentes levantamentos (PARÁ, 2015; COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB-PA, 2017; DELUCHEY, 2019), verifica-se que no período entre 2010 e 2019 foram registradas, pelo menos, 16 chacinas realizadas por agentes de segurança pública no Pará, contabilizando cerca de 116 vítimas. Para além destes, há uma profusão de outros casos que não foram reconhecidos enquanto chacinas, de modo que no período “de novembro de 2014 a janeiro de 2017, tivemos [...] 8 finais de semana com mais de 34 assassinatos, ocorrendo a cada 3,5 meses em média” (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB-PA, 2017, p. 21).

O Pará detém alta relevância no escoamento de produtos de países vizinhos – Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela – para o Brasil. Pela posição geográfica que compreende – junto ao Amapá – a foz do Rio Amazonas, na Baía do Marajó, torna-se uma importante rota de comercialização da Amazônia Internacional, inclusive para o comércio internacional de drogas (COUTO, 2010). Por estar localizada próxima a essa região, a Região Metropolitana de Belém se coloca como uma das mais importantes ao fim da rota amazônica, compondo o maior centro urba-

no de toda a Amazônia Oriental, com cerca de 2,67 milhões de habitantes. Por esse motivo, é alvo de constantes disputas de diferentes grupos interessados no controle do escoamento internacional de entorpecentes.

Ao mesmo passo, representa a faixa territorial em que se verificou profunda intensificação nas políticas de encarceramento desde a primeira década dos anos 2000, com crescimento de cerca de 1.395% da população carcerária no período entre 1995 e 2018, passando de 1.153 para 17.242 pessoas privadas de liberdade. Um controle racialmente direcionado (ALEXANDER, 2017) que se soma ao contexto geral de violência, resultando em população carcerária composta em 82,55% por pessoas não brancas (SEAP, 2018)¹.

É nesse aterrador contexto em que ocorre, entre os dias 04 e 05 de novembro de 2014, a “Chacina de Belém” – uma das mais emblemáticas da história paraense recente, seja por suas reverberações no contexto político, social ou local. Em síntese, após a morte de um policial militar apontado como chefe de um grupo miliciano, a capital paraense presencia a mobilização de agentes de segurança pública para que fosse dada “uma resposta” (PARÁ, 2015). Consiste em prática que alguns dos interlocutores entrevistados apontam como recorrente entre as polícias locais, resultando na morte de jovens racializados em diversos bairros das periferias da cidade para que seja transmitida uma mensagem pública de poder (SILVA, SANTOS e RAMOS, 2019). Há grande divergência

¹ Cabe nota a este dado. A constituição de identidades raciais na Amazônia paraense se dá a partir de metáforas da cor que, ao mesmo passo, são “fruto do ideário nacional de mestiçagem e pelo próprio reconhecimento de serem diferentes” (Conrado, Campelo e Ribeiro, 2015, p. 219) do referencial branco, assim como se trata de uma população composta segundo processos históricos próprios, não refletindo de forma direta aquilo que geralmente é nomeado como negritude ao nível nacional. Por um lado, a presença africana da região não poder ser subestimada, a profunda influência indígena deve ser acertadamente dimensionada. Quando não ignoradas tais dimensões, as especificidades dos processos históricos que determinaram a composição social amazônica embarçam a compreensão média nacional de que aqueles que se reconhecem em pesquisas como pardos e pretos são, necessariamente, negros de origem africana (Tomaz et al., 2021). Por essa razão opta-se por não demarcar uma identidade única, e sim a dimensão de contraste que atravessa as que ali se constituem.

no que concerne à quantidade exata de vítimas diretas, de modo que a contabilização estatal indica a morte de dez jovens, ao mesmo passo em que movimentos sociais locais apontam que cerca de 64 jovens teriam sido assassinados naquela noite.

O presente texto tem como objetivo articular parte dos elementos fáticos coletados acerca da “Chacina de Belém” por meio de entrevistas. A nota metodológica ao início traz a apresentação geral das etapas empregadas para a coleta dos depoimentos, ao que somente é preciso detalhar a relação dos entrevistados com o caso. Foram entrevistados dois homens, um branco e um negro, que colaboraram com apurações e investigações do Poder Legislativo da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada após a chacina; um homem branco que realizou apurações jornalísticas à época do acontecimento; e uma mulher negra familiar de uma das vítimas e que se tornou ativista de movimentos sociais que buscam justiça em casos como este.

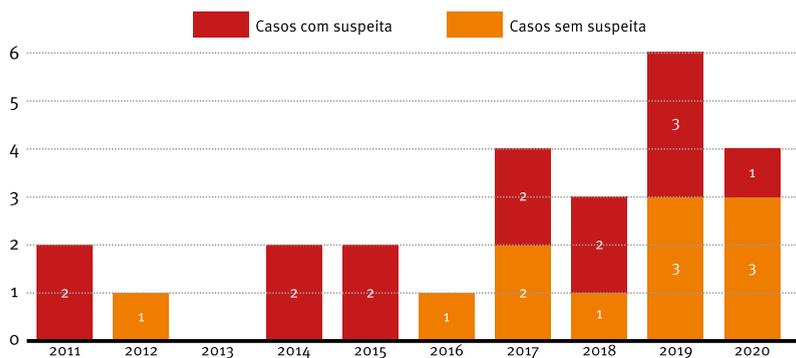
Elementos atmosféricos antecedentes à “Chacina de Belém”

A letalidade policial na Região Metropolitana de Belém (RMB) segue uma dinâmica que parte dos entrevistados denominou de “resposta”, podendo ser compreendida, de acordo com Oliveira Neto (2020), segundo três etapas cíclicas: (1) mortes por intervenções policiais, e recorrentes execuções atribuídas a milícias e grupos de extermínio, que deixam de abalar a população em geral por sua frequência; (2) a intensificação desses atos violentos após a morte de um policial, com o subsequente registro de uma quantidade expressiva de homicídios com características de execuções sumárias, chacinas, causando profundo impacto social sobre a população; e (3) a gradual retomada do estado inicial, de mortes rotineiras, até que a próxima chacina recomece a sequência de fatores.

Representa sistemática em curso, pelo menos desde a década de 1990, em que se verificou diversos casos de violência policial de grandes

proporções na RMB. Um dos entrevistados chega a citar um acontecimento ocorrido no ano de 1994, em que cerca de “80 homens da polícia militar [foram] deslocados para caçar 2 rapazes, um de 16 e outro de 17” (Entrevista com Emiliano, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil), apontando a participação de um tenente que posteriormente se tornaria deputado estadual, atualmente deputado federal. Acontecimentos como este se encontram na gênese da prática vigente entre as polícias no Pará, de modo que “todas as vezes que um policial é alvejado, que ocorre alguma coisa com algum policial” (Entrevista com Emiliano, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil) há mobilização de agentes de segurança pública para realização de atos de revide com grande desproporcionalidade ao acontecimento original. No contexto paraense, foram identificados 25 casos reportados na mídia como chacinas ocorridas no estado entre os anos de 2011 e 2020, tendo em quase a metade a suspeita da participação de agentes de segurança pública:

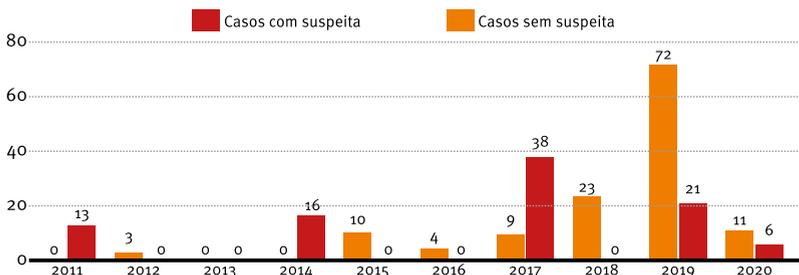
Casos de chacina no PA por suspeita de participação policial, 2011 a 2020, Brasil



Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo

Dentre os casos levantados, pelo menos 94 das 226 vítimas de chacinas ocorridas no Pará entre 2011 a 2020 teriam sido vitimadas em casos com suspeita de participação policial, conforme ilustra o gráfico a seguir:

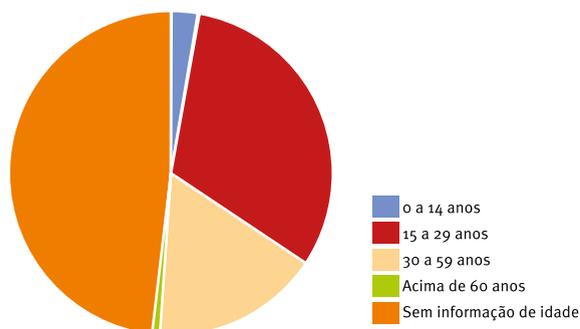
Vítimas fatais em casos de chacinas por suspeita de participação policial no Pará, 2011 a 2020, Brasil



Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo

O levantamento em questão (FPA, 2024) permite identificar diversos elementos que compõem o quadro das chacinas ocorridas no Pará. Com relação ao perfil de gênero das vítimas, aponta que não foi possível acesso a informações de duas vítimas, de modo que as demais totalizam 19 mulheres e 205 homens. Com relação ao perfil racial, somente foi possível identificar em 21 das 226 vítimas em chacinas registradas: 7 brancas, 14 negras e 205 sem informação racial. Não foi possível identificar a idade de cerca de metade das vítimas de chacinas levantadas, no entanto entre aquelas sobre as quais se teve acesso à faixa de idade, verifica-se uma alta concentração na faixa entre 15 a 29 anos, como ilustra o gráfico a seguir:

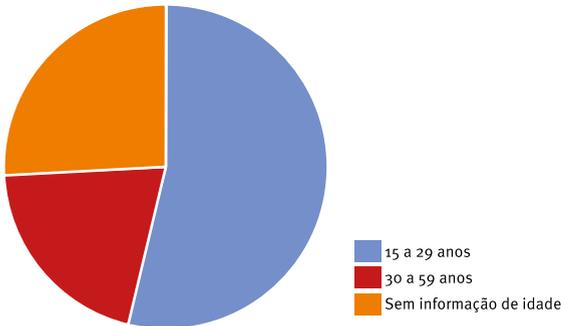
Vítimas fatais em casos de chacinas no PA por faixa etária, 2011 a 2020, Brasil.



Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo

Uma concentração que aumenta no que concerne às vítimas de chacinas com suspeita de participação policial, ilustrado pelo gráfico a seguir:

Vítimas fatais em casos de chacinas com suspeita de participação policial no PA por faixa etária, 2011 a 2020, Brasil.



Fonte: Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo

Somadas às demais, são discrepâncias representativas do quadro geral da realização de chacinas com suspeita de participação policial na região, em que se verifica um claro direcionamento à pele escura de jovens-homens-negros (REIS, 2013).

Como demonstra Silva Júnior (2023), a “resposta” é uma recorrente prática das instituições policiais locais, mas cuja intensificação se deu a partir do final da década de 2000, com a composição de grupos de extermínio² e milícias³. São grupos que “vêm agindo sistematicamente dessa forma, com execução sumária, prática de violência, majoritariamente contra a população negra e nos bairros mais vulnerabilizados da

² Grupos de pessoas consorciadas para realização de homicídios, muitas vezes contando com a participação de agentes de segurança pública.

³ Organizações criminosas definidas por Cano e Duarte (2012, p. 131) segundo 5 eixos: (1) controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular; (2) o caráter coativo desse controle; (3) o ânimo de lucro individual como motivação central; (4) um discurso de legitimação referido à proteção dos moradores e à instauração de uma ordem; e (5) a participação ativa e reconhecida de agentes do Estado, especialmente de instituições de segurança pública.

região metropolitana de Belém” (EMILIANO, 2023, p. 3). Um cenário que contextualiza a rápida ascensão no quantitativo anual de homicídios – acompanhada pelo crescimento da letalidade policial – no Pará, mortes muitas vezes consumadas em chacinas.

Ainda assim, o engajamento de agentes de segurança pública na composição desses grupos foi tratado com ânimo por grande parte dos representantes políticos. A permissividade das instituições públicas tornou possível o fortalecimento do modelo organizativo das milícias, que fazem uso da estrutura estatal para obter controle de faixas territoriais e explorar atividades econômicas locais (FERREIRA JÚNIOR, 2020). Assim caracteriza um dos entrevistados:

Na época, isso era um processo que foi se naturalizando de extermínios na periferia, de que os corpos só apareciam nos territórios, amanheciam as pessoas mortas e o Estado não dava respostas, seja no processo de responsabilização penal de quem atuou, seja garantindo políticas públicas de presença nos territórios, não só na perspectiva repressiva, mas na perspectiva de promoção de direitos (Entrevista com Antonino, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

Com o passar de vários anos, vários grupos de milícias consolidam seu domínio – à força – de diferentes bairros das periferias da RMB, enraizando seu controle sobre as populações locais. Dentre tais grupos se encontra a chamada “Milícia do Guamá”. Por volta do ano de 2014, os “Irmãos de Farda” – como também são conhecidos – já empunhavam domínio sobre uma grande parcela do Canal do Tucunduba, compreendendo um conjunto de alguns dos bairros periféricos mais populosos da RMB, Guamá e Terra Firme. Couto (2010) demonstra a relevância do Tucunduba para o comércio de drogas na região a partir do mapa a seguir, representando uma importante via fluvial que se estende ao interior da capital paraense.

O domínio dessa região, como demonstra o Relatório Final da CPI (PARÁ, 2015), se deu em meio a um conflito entre dois grupos locais de tráfico de drogas que disputavam a região, cada um em uma das mar-

gens do canal. Membros das polícias intermediariam o fornecimento de armamentos de uso exclusivo das forças de segurança, estimulando o conflito e fazendo com que escalasse em letalidade para os membros de ambos os lados. O conflito teria fim com a derrocada de um dos grupos e a morte de quase todos os seus integrantes, ao mesmo passo em que a organização oposta também havia sofrido graves baixas, enfraquecendo seu controle sobre a localidade. Este é o momento em que a “Milícia do Guamá” viria a se instalar no Tucunduba, tomando para si o domínio de boa parte da estrutura já instalada pelos grupos antecessores e explorando de forma intensa o comércio ilegal de drogas⁴.

Os “Irmãos de Farda” detinham sobre sua influência direta um amplo conjunto de agentes de segurança pública, estabelecendo uma forma de:

[...] rede de serviços, uma rede de agenciamento de negócios que ele se dá a partir da estrutura que o Estado tem, então o Estado te dá, como PM você anda com uma viatura paga pelo Estado, com gasolina, o revólver e as balas dadas pelo Estado, a farda, a insígnia e autoridade que o Estado dá, e com isso, invés de proteger o cidadão na verdade tudo isso é utilizado a seu favor para fazer dinheiro, porque tu vai no comerciante do bairro e diz o seguinte “se tu quiseres que eu passe aqui com a viatura todo dia para espantar os caras, eu passo aqui, mas eu quero o do lanche, eu quero 25 reais todo dia” (2023, p. 4).

Na ocasião, veículos midiáticos já reconheciam publicamente a atuação de grupos como este, publicando matérias que comemoravam cada ato de violência e incitavam a continuidade das mortes de pes-

⁴ Especificidade com relação aos modelos milicianos de outras localidades, consistindo no que Couto (2010) denomina de narcomilícias. Ainda que atividades econômicas como segurança privada, mortes por encomenda e extorsão (entre diversas outras) se encontrem na gênese desse modelo organizativo, as milícias instaladas na Região Metropolitana de Belém se caracterizarão por uma profunda relação com o tráfico de drogas, inclusive com a exploração direta dessa atividade. Elemento amplamente explorado pelo Relatório Final da CPI que investigou suas atuações (Alepa, 2015).

soas que eram imediatamente retratadas como criminosas (FERREIRA JÚNIOR, 2020). Sendo a esmagadora maioria dessas vítimas homens, jovens, não brancos e residentes de bairros periféricos. O vínculo intrínseco das milícias com as instituições policiais, junto à permissividade estatal, trazia legitimidade à sua atuação, de modo que:

[...] a mídia mais popular, jornalística e, até mesmo, televisiva, aquela que cria um espetáculo, em alguns momentos apresentou esses ataques definindo esses grupos como heróis do povo e isso foi muito pesado, você definir miliciano como herói do povo e, ao mesmo tempo, exaltando ali uma política de segurança privada que vinha se estabelecendo a partir do momento que esses grupos começaram a se organizar nos territórios, trabalhar em rede e começar a promover a chamada justiça com as próprias mãos (Entrevista com Lício, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

É nesse contexto geral de consolidação do domínio territorial em que se dá, nos dias 04 e 05 de novembro de 2014, a “Chacina de Belém”.

Convocação Geral para uma “limpeza na cidade”

À época, o cabo da Polícia Militar Antônio Marcos da Silva Figueiredo – também conhecido por “cabo Figueiredo” ou “cabo Pety” – era apontado como líder da “Milícia do Guamá”. Ex-membro da divisão de Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM)⁵, estava afastado da corporação por razões médicas. Era considerado por seus colegas como um “policia militar de linha dura, tido como exemplar entre os seus companheiros de farda e temido no bairro do Guamá pela extrema violência com a qual agia no trato com suspeitos e ou reconhecidos criminosos” (PARÁ, 2015, p. 89). Sobre ele foi afirmado o seguinte em entrevista:

⁵ Um agrupamento policial considerado de elite, especializado em operações especiais, com alto grau de treinamento operacional e fortemente equipado para confrontos em situações de grande conflito.

[...] ele representava um esquema de segurança no bairro que de certa forma integrava uma rede de pessoas que ele agenciava dinheiro, agiotagem, pontos de segurança privada, sistema de câmara de segurança, ele, na casa dele tinha uma minicentral de vigilância eletrônica, a rua dele era toda conectada com câmeras, ele vendia esse serviço de segurança cobrando das famílias e dos comerciantes. (Entrevista com Emiliano, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

Ao início da noite de 04 de novembro de 2014, por volta das 19h30, “Pety” é assassinado próximo à casa em que morava no bairro Guamá por membros de grupos opositores do tráfico local. Seu carro é emboscado por seis pessoas distribuídas em três motos, sendo alvejado e morto em via pública. A notícia deste acontecimento seria rapidamente veiculada, causando grande comoção entre membros das forças de segurança pública e, especialmente, entre outros membros da milícia. Tem início, assim, a “convocação geral” de policiais para que fosse dada a “resposta” (PARÁ, 2015, p. 151), circulando mensagens como a seguinte em redes sociais: “Convocação Geral. Amigos, o nosso irmãozinho ‘Pety’, cabo Figueiredo, acabou de ser assassinado no Guamá. Estou indo, espero contar com o máximo de amigos, vamos dar a resposta. Sargento Rossicley” (PARÁ, 2015, p. 92).

Ao mesmo passo em que a figura do “cabo Pety” era enaltecida, conclamava-se que a “tropa [fosse] às ruas fazer uma limpeza na cidade e revidar a morte do colega de farda” (PARÁ, 2015, p. 9). O efeito dessas mensagens logo é verificado no medo entre as populações das comunidades periféricas da RMB, com notícias de que “a cidade tinha sido fechada às 19:30h e tinha dado o toque de recolher para todo mundo” (Entrevista com Amélia, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil). Com as ruas esvaziadas, diversos bairros serviriam de palco para o desfile de um comboio de dois carros e 12 motocicletas com homens armados e encapuzados.

A esse movimento, os comandos das instituições policiais tomariam duas reações, sendo a primeira:

[a resposta] também é um fenômeno conhecido pela PM, tanto que o coronel do 20º batalhão, que hoje é o comandante geral da PM, nos disse, em audiência da CPI, que ele quando soube da morte do Pet deu a ordem do aquartelamento, e isso significa chamar todos os PM do batalhão, de folga ou não do serviço, para vir para dentro do quartel para ficar de olho nos cara, é como se fosse de espécie de ‘quero todo mundo embaixo da minha asa, eu quero ver’, porque ele sabia que todos eles tinham relação com o Pet então para não deixar ninguém de fora, sabendo que de fora eles iriam para o território pra fazer a tal da resposta, ele emite a ordem para que eles interrompessem as folgas, aqueles que estivessem de folga, e se apresentasse no quartel (Entrevista com Emiliano, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

A profundidade da influência exercida pela “Milícia do Guamã” sobre os agentes de segurança locais coloca em xeque a própria autoridade exercida pelos comandos das instituições policiais, forçando à urgente emissão de ordem de aquartelamento a todos os agentes em folga naquela ocasião. À época já se verificava a disputa pelo controle institucional, de modo que parcela significativa da autoridade formal fora substituída pela gerência de anseios privados, por uma vingança direcionada à coletividade de regiões periféricas locais e promovida com o emprego do aparato estatal da força. Paralelamente, uma segunda medida seria tomada:

A outra ordem parte do comando geral que manda fazer saturação na área e aí a Rotam vem e invade o território, e a Rotam começa a saturação, que é bloquear todas as ruas, não deixar nada acontecer, entretanto, se você for ver o relato da operação, você vai ver o seguinte, que a Rotam também participou fortemente pro resultado, porque as barreiras da Rotam tanto ajudaram na circulação dos criminosos, que circulou com as motos dentro do território e que saiu fazendo a execução dos [...] jovens e também impediu o socorro, porque algumas dessas pessoas estavam vivas, o socorro chegou, mas PM impediu os socorristas até que as pessoas morressem, então depois que foi confirmado o óbito é que as equipes de resgate puderam acessar os corpos e

não mais os feridos, foi nesse nível (Entrevista com Emiliano, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

Esta, por sua vez, é demonstrativa de outra face da influência dos “Irmãos de Farda” sobre as forças policiais. A ação de saturação e isolamento do território não resulta em nenhum confronto entre agentes de segurança e o comboio de executores ou em ações que evitassem mortes. Serviu em sentido oposto, para a garantia do sucesso dos atos de violência empregados naquela noite, ao que viaturas são avistadas movimentando-se em conjunto aos executores, de modo que após cada morte, com a ida do comboio, policiais rapidamente chegavam para guardar o local. Por sua vez, as barreiras policiais montadas em locais estratégicos impediam a circulação nos bairros do Guamá e Terra Firme, impedindo tanto a entrada de ambulâncias e outras formas de socorro quanto a saída de feridos, assim confinando dezenas de milhares de pessoas junto ao pânico, ao medo e à violência.

A “Chacina de Belém” manifesta uma característica comum a uma multiplicidade de outras chacinas, mas que diverge da compreensão geral sobre tais acontecimentos, sendo a ausência de concentração territorial das mortes. Entes públicos apontam que dez homens foram assassinados naquela noite, sendo oito em diferentes localidades na região entre os bairros da Terra Firme e Guamá até o bairro do Jurunas e outros 2 nas proximidades do distrito de Icoaraci, o que se deu em razão do constante deslocamento do comboio de executores. No entanto, movimentos de familiares e outras instituições da sociedade civil organizada dão notícia da morte de, pelo menos, 64 jovens naquela noite e no dia seguinte por toda a RMB. A dispersão da ocorrência de assassinatos contribui decisivamente para a inexistência da contabilidade de vítimas, mas outro elemento – nunca deslindado – pode ter favorecido a tamanha discrepância:

Eu te falo que são 64 porque, automaticamente, os boletins de ocorrência... Deixa eu te explicar bem o que aconteceu, que foi na sepultura do meu filho, quando eu cheguei lá a data que meu filho tinha falecido tava dia 3 de No-

vembro aí eu “égua, por que dia 3? que isso?”, aí eu peguei e fui na secretaria e falei: “moça, a lápide do meu filho tá com dia 3”, eu achando que o erro teria sido no cemitério né, aí a moça disse assim: “pera aí”, aí ela foi lá procurar: “mas tá aqui a mesma coisa, dia 3, 2 horas da manhã”, aí: “como assim?”, ela pegou e falou: “é o que tá aqui, então a senhora vai ter que ver o boletim de ocorrência”, olha isso, eu peguei e falei: “okay”, liguei para minha tia de lá mesmo e falei: “tia, quem fez o boletim de ocorrência do [Alfredo]?”, ela disse: “a Janete”, Janete é a tia dele e ela é advogada, eu peguei e liguei para ela e falei: “mana, tu fez o boletim de ocorrência do [Alfredo] que horas que foi colocado e que data foi colocado?”, aí ela me reafirmou: “mana, dia 5, 2 horas da manhã, foi a hora que meu irmão faleceu”, eu falei: “vai aí na gaveta da titia e pega o documento, pega o boletim de ocorrência”, aí ela falou “tá”, quando ela pega o boletim de ocorrência tava o erro lá, entendeu? Automaticamente, eu peguei e liguei para [Ouvidora] e disse: “Doutora, deixa eu te falar uma coisa, o boletim de ocorrência do [Alfredo] tá errado”, aí ela disse “como assim errado?”, eu disse: “tá no dia três”, aí ela falou assim: “do dia 3?”, eu falei “é”, eu disse: “Doutora, reúna todas as mães e peça para elas levarem todas as documentação dos meninos”. Quando chegamos na segunda-feira, isso novamente em uma segunda-feira, eu tinha ido num domingo, isso após 30 dias, quando elas chegaram na Ouvidoria de manhã todos os boletins estavam errados, você entende porque só são 10 que consta na CPI? Quando aconteceu as mortes às 7 horas da noite, por incrível que pareça, todo o sistema das delegacias estava parado, foi designado um delegado, que é o Peri, para dentro do IML e lá foi feito esse registro. Agora eu te pergunto: tu acha que no alvoroço que tava de cada carro com 10, 12, 3 jovens e a geladeira já cheia, as pessoas iam prestar atenção, justamente, nas datas? (Entrevista com Amélia, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

O trecho acima provém da entrevista com a mãe de uma das vítimas, apontando que boa parte dos boletins de ocorrência gerados a partir daquela noite continham erros na indicação da data em que haviam ocorrido os assassinatos. Trata-se de um detalhe que impacta profundamente aos próprios contornos do que se verificou na chacina, que é

possível que diversas mortes tenham ocorrido sem que sequer sua ligação com a atuação dos executores tenha sido reconhecida formalmente. Ainda, consiste em outra camada de sofrimento a essas familiares, parte das quais – como a entrevistada – somente foi identificar o erro no momento do sepultamento de seus entes queridos.

Somente foi possível encontrar informações sólidas acerca das dez vítimas inseridas na contabilidade oficial, das quais nenhuma tinha qualquer relação com atividades ilícitas⁶. Apesar das discrepâncias, a “Chacina de Belém” foi caracterizada como “uma noite de execuções, terror e medo” (PARÁ, 2015, p. 9). Inicialmente o comboio se concentrou no local da morte do “cabo Pety”, a poucos quarteirões da Unidade Integrada Pró-paz da Terra Firme – UIPP⁷. As investigações da CPI (ALEPA, 2015) apontariam o envolvimento de policiais da própria unidade de polícia comunitária nas atividades da “Milícia do Guamá” e nos atos da chacina.

Dali os executores encapuzados circularam desavergonhada e livremente pela periferia de Belém, atemorizando os moradores das baixadas⁸ da cidade e assassinando aqueles que encontravam. Todas as vítimas eram homens que, desavisadamente, estavam em via pública naquele momento. Em um lapso de 23 minutos, o comboio já havia feito quatro vítimas. As execuções ocorreram em ritmo acelerado, em cenas que se dão de forma cíclica: um homem é encontrado circulando pelo bairro, é abordado, agredido, morto a tiros e deixado no local. São cenas que se repetem em uma eternidade rotativa.

⁶ Assinalar essa informação não tem o sentido de justificar a morte de pessoas que tenham relação com tais atividades. Ao contrário, tem o condão de contrapor a forma utilizada por parte significativa da opinião pública para legitimar o horror presenciado naquela noite.

⁷ Modelo paraense de Polícia Comunitária que passou a ser implementada a partir de 2010.

⁸ Trata-se de terminologia geralmente utilizada para caracterizar as regiões periféricas de diversas cidades da região norte do Brasil. Diferente das favelas verificadas em cidades como Rio de Janeiro, que são construídas morros acima, as baixadas em Belém se caracterizam por terem sido erigidas nas faixas mais baixas da capital paraense, em áreas originalmente de mangue, notadamente alagadas pela influência do Rio Guamá – que banha a cidade (Silva; Sá, 2012).

Conclusão

A contextualização da “Chacina de Belém” deve tomar em conta uma variedade de elementos, inclusive a atuação paralela de entes policiais. Por sua relevância, diferentes regiões da capital paraense são alvo de constantes disputas por grupos locais, inclusive com a influência direta de organizações nacionais, mas é a intensificação da repressão policial o elemento que salta aos olhos nesse contexto. Emerge como parte não só deste acontecimento, mas dos próprios conflitos sociais que o envolvem.

A atuação oficial e não oficial das instituições policiais locais. Desde a primeira década dos anos 2000, a repressão policial passa a se intensificar no Pará derivada das políticas de drogas, de modo que no período entre 1995 e 2018 a população carcerária paraense registraria um aumento de cerca de 1.395%, passando de 1.153 para 17.242 pessoas privadas de liberdade, das quais cerca de 82,55% são pessoas negras (SEAP, 2018).

Por sua vez, as chacinas são apontadas pelos interlocutores entrevistados como uma prática recorrente às polícias no Pará. A “resposta” teria o condão de reestabelecer a “ordem”, o controle social de populações periféricas a partir da realização de atos de violência extremada, como é o caso das chacinas. Assim, pode-se dizer “que quando ele [polícia] mata um jovem, ele mata a mãe, ele mata o tio, ele mata a periferia, eu levo nesse contexto, porque eu sou uma morta-viva, tá entendendo?” (Entrevista com Amélia, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil). A recorrência de chacinas, guardando alto grau de semelhança entre si, aponta à consolidação como parte da lógica policial do exercício da força, uma lógica desumanizante que contribui às necessidades de controle do Estado brasileiro.

Então nós fomos atrás disso, e quando nós fomos puxar o fio da meada, nós fomos ver exatamente isso, é que esses eventos são os eventos que a gente chamou de fenômeno da resposta, eles nunca acontecem de forma isolada. Um cara como o Pet tinha uma ascendência sobre a

tropa que é razão do que ele representa nos negócios que a tropa tem fora dos serviços do dia a dia do quartel. Existe uma rede de serviços, uma rede de agenciamento de negócios que ele se dá a partir da estrutura que o Estado tem, então o Estado te dá, como PM você anda com uma viatura paga pelo Estado, com gasolina, o revólver e as balas dadas pelo Estado, a farda, a insígnia e autoridade que o Estado dá, e com isso, invés de proteger o cidadão na verdade tudo isso é utilizado a seu favor para fazer dinheiro, porque tu vai no comerciante do bairro e diz o seguinte “se tu quiseres que eu passe aqui com a viatura todo dia para espantar os caras, eu passo aqui, mas eu quero o do lanche, eu quero 25 reais todo dia”. (Entrevista com Emiliano, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

O Pará, neste cenário geral, ocupa uma posição especial com relação à violência letal em face de pessoas negras. No ano de 2016, ocupava a sexta colocação nas taxas de homicídios por 100 mil habitantes, registrando 50,8 homicídios a cada 100 mil habitantes, em muito superiores à média nacional de 30,3 homicídios a cada 100 mil habitantes. Para além disso, com relação à ocorrência de chacinas, levantamento realizado pela Fundação Perseu Abramo aponta o Estado na nona colocação em número geral de ocorrências no período de 2016 a 2018, ao mesmo passo em que se encontra na primeira colocação na porcentagem de chacinas registradas em que há indícios de participação policial.

No contexto paraense, são verificadas algumas iniciativas institucionais no sentido de endereçar a problemática das chacinas. Entre estas, encontra-se o “Relatório da Situação dos Casos de Chacina e Execução de Jovens Negros no Estado do Pará”, desenvolvido pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Pará – OAB/PA no ano de 2017, que traz um panorama de vários casos de chacinas ocorridos no estado em períodos recentes (OAB-PA, 2017). Conclui, assim, que grande parte das vítimas destes acontecimentos são jovens negros, moradores de bairros periféricos. Indica, ainda, que a viti-

mização destes é caracterizada por sua total incapacidade de reação ante a extrema violência empregada nas chacinas, envolvendo, inclusive, o emprego de tortura (OAB-PA, 2017).

É neste panorama que se insere o caso que veio a ser conhecido como “Chacina de Belém”. Ocorrida entre os dias 04 e 05 de novembro de 2014, consiste em uma das chacinas mais emblemáticas da história paraense recente, seja por suas reverberações políticas, seja pelo impacto social a que deu consequência. Tal episódio resultou em 12 vítimas fatais e outras sete feridas, sendo todas: homens negros e moradores de bairros periféricos da cidade de Belém. De outro lado, as investigações apontaram o envolvimento de cerca de 15 policiais militares em serviço na realização destas execuções (PARÁ, 2015). É um caso representativo das circunstâncias que envolvem casos deste tipo ocorridos na região (PARÁ, 2015; OAB-PA, 2017).

Foi um acontecimento de grande repercussão midiática e social. Boa parte das matérias jornalísticas se voltou à cobertura do caso, assim como foi criada certa comoção pública, antes, durante e depois, em razão do sentimento de medo e receio do que poderia acontecer (CASTRO, 2020). Por tal razão, ainda no ano de 2014 foi proposta a instauração da “Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuração de Grupos de Extermínio e Milícias no Estado do Pará” na Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa⁹. Nesta, ficou constatada a existência de uma complexa rede de morte de jovens negros na Região Metropolitana de Belém, indicando a presença estruturada de grupos milicianos na capital paraense (PARÁ, 2015).

As investigações tiveram como resultado o indiciamento de cerca de 15 pessoas, sem que nenhuma tenha sido condenada por quaisquer das mortes registradas naquela noite.

⁹ Tal comissão foi instaurada a partir do Requerimento nº 310/2014, de autoria do deputado Edmilson Rodrigues, cuja transcrição se encontra no Relatório Final da CPI (Alepa, 2015).

Referências

- ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- CANO, Ignacio; DUARTE, Thais (coords.). “*No sapatinho*”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2012. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/no_sapatinho_lav_hbs1_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.
- COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB-PA. *Relatório da situação dos casos de chacinas e extermínio de jovens negros no Estado do Pará*. Belém: OAB-PA, 2017. Disponível em: <http://institutopaulofonteles.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relatorio-DH-com-capa-Chacinas.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. “Metáforas da Cor: Morenidade e Territórios da Negritude nas construções de identidades negras na Amazônia Paraense”. *Revista Afro-Ásia*, nº 52. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1504>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- COUTO, Aiala Colares de Oliveira. *Narcotráfico na metrópole: das redes ilegais à territorialização perversa* na periferia de Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2010. Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2010/Aiala%20Couto.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- DELUCHEY, Jean-François Yves. *Biopolítica e Morte no Brasil: o Extermínio da juventude negra (ultra)periférica na Amazônia*. Belém, UFPA, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41285278/Biopol%C3%ADtica_e_Morte_no_Brasil_O_Exterm%C3%ADnio_da_juventude_negra_ultra_perif%C3%A9rica_na_Amaz%C3%B4nia. Acesso em: 13 jan. 2024.
- FERREIRA JÚNIOR, Sérgio do Espírito Santo. *Configuração do acontecimento violento em narrativas jornalísticas: chacina da região metropolitana de Belém em Diário do Pará e o Liberal*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11074>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO – FPA. *Painel de Violência - Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil*. São Paulo, FPA, 2024. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/painel-de-violencia/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. *Atlas da Violência. Homicídios*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/1/homicidios>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. *Sangue nos olhos: sociologia da letalidade policial no Estado do Pará*. Tese (doutorado em sociologia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38542/3/2020_SandovalBittencourtdeOliveiraNeto.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.
- PARÁ. Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Pará – SEAP. *SEAP em números - novembro de 2019*. Belém, 2019. Disponível em: https://issuu.com/accsusipe/docs/novembro_ps. Acesso em: 10 jan. 2024.

- PARÁ. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração da atuação de grupos de extermínio e milícias no Estado do Pará*. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2015.
- REIS, Vilma. *Atuacaidos pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações (1991-2001)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/13695>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- SILVA, Uvanderson Vitor da; SANTOS, Jaqueline Lima; RAMOS, Paulo César. *Chacinas e a politização das mortes no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Chacinas-politizacao-das-mortes.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.
- SILVA JÚNIOR, Alexandre Julião. *Abrem-se as cortinas do Teatro de Guerra: a “Chacina de Belém” e o assassinato de homens negros em cena*. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/113667270/Abrem_se_as_cortinas_do_Teatro_de_Guerra_a_Chacina_de_Bel%C3%A9m_e_o_assassinato_de_homens_negros_em_cena. Acesso em: 10 jan. 2024.
- SOUZA, Luanna Tomaz de; LOPES, Davi Haydee Almeida; SANTOS, Lucas Morgado dos; SILVA JÚNIOR, Alexandre Julião. “As negritudes amazônicas e os limites epistemológicos da criminologia crítica no Brasil”. Rio de Janeiro, *Revista Culturas Jurídicas*, v. 9 n. 24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rcj.v9i24.50883>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Chacina do Salgueiro: Quando militares matam e as respostas silenciam

Pablo Nunes¹
Thais Custodio²

Nome	Idade	Vítima
Marcelo da Silva Vaz	21	Fatal
Victor Hugo Coelho	28	Fatal
Luiz Américo da Silva	46	Fatal
Marcio Melani Sabino	21	Fatal
José Coelho	19	Fatal
Lhorran de Oliveira Gomes	18	Fatal
Luiz Octávio Rosa dos Santos	27	Fatal
Não identificado	-	Fatal
Não identificado	-	Ferido

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa Chacinas e a Politização das mortes no Brasil.

Introdução

Em novembro de 2017, agentes da Polícia Civil do Rio de Janeiro acompanhados de militares do Exército realizaram operação conjunta

¹ Pablo Nunes é doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj) e coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

² Thais Custodio é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF), cofundadora e coordenadora da Rede de Economistas Preta e Pretos (REPP) e pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)..

no Complexo do Salgueiro, município de São Gonçalo (RJ). A ação, que contou com 15 policiais civis e 17 soldados, resultou na morte de oito pessoas e outras duas ficaram feridas. A participação do Exército foi amparada pelo decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) assinado pelo então presidente Michel Temer. A participação de integrantes das Forças Armadas confere um grau de complexidade ao caso, seja no uso de soldados em ações de segurança pública, seja pelo fato de que a devida responsabilização dos agentes encontra resistência das Forças Armadas.

Os mortos no Complexo do Salgueiro em 2017 compõem uma longa lista de vítimas de uma política de segurança pública baseada exclusivamente em ações policiais violentas. No caso do Rio de Janeiro, estado que se destaca nos indicadores de violência, é corriqueiro se deparar com o termo “chacina policial” nos veículos de comunicação. As operações policiais deflagradas em territórios de favelas costumam ser extremamente violentas e belicistas, sendo palco de várias chacinas no decorrer dos últimos anos.

Adicionalmente, a participação de soldados do exército inclui um elemento que complexifica o caso de São Gonçalo. O contexto político, movimentações de setores das Forças Armadas e a flexibilização de direitos garantidos contra abusos de militares formam um conjunto de elementos que fazem com que a chacina do Salgueiro tenha uma importância fundamental para compreender os últimos anos.

O município de São Gonçalo, localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), tem pouco menos de 1 milhão de habitantes³, majoritariamente negros, considerando os números absolutos, sendo a segunda maior população de todo o estado, perdendo apenas para a capital, Rio de Janeiro. Além disso, é o 16º mais populoso município do país, segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ IBGE Cidades. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>.

O Complexo do Salgueiro, localizado no 1º distrito, ao norte do centro da cidade de São Gonçalo, é formado por um conjunto de sete favelas (Fazenda, Itaoca, Itaúna, Luiz Caçador, Parque das Palmeiras, Recanto das Acácias e Salgueiro).

Em meados dos anos 2000, surgem diversas propostas de políticas públicas no âmbito federal e estadual que afetaram substancialmente o Leste Fluminense. A instalação da pedra fundamental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)⁴, em junho de 2006, a construção do Arco Metropolitano, em junho de 2008 e a implementação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs), em agosto de 2008, impactaram a cidade de São Gonçalo.

Com intuito de um desenvolvimento socioeconômico do segundo município mais populoso, a aposta dos representantes do Executivo federal e estadual era que esta localidade atraísse empresas nas áreas de influência do empreendimento, com uma geração de 15 mil novos empregos diretos nestas indústrias, com a chegada do Comperj e o Arco Metropolitano⁵. No entanto, em 2015, devido aos desdobramentos da operação Lava Jato, a construção da refinaria foi interrompida. No mesmo período, o governo federal abandonou as obras de duplicação de parte de um trecho da rodovia. Enquanto o cenário federal se complicou com a crise econômica e o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, outros desdobramentos aconteceram na segurança pública fluminense.

A criação das UPPs e sua instalação em algumas favelas cariocas impactam o cenário de criminalidade e as disputas territoriais. Com

⁴ O Comperj é um empreendimento da área de abastecimento da Petrobras. O projeto foi modificado e atualmente se chama Polo GasLub Itaboraí, onde está sendo construída uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), que receberá o gás natural da Bacia de Santos através do gasoduto Rota 3.

⁵ O Arco Metropolitano é uma autoestrada que foi construída no entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no intuito de escoar o fluxo do trânsito por rotas que não passam pela capital fluminense e fornecer acesso expresso ao Porto de Itaguaí e ao Comperj.

o avanço das UPPs, algumas organizações criminosas avançaram para outros municípios, principalmente para a RMRJ e, em seguida, para o interior do estado. Neste período, a cidade de São Gonçalo passou a registrar aumentos significativos na criminalidade e o Complexo do Salgueiro passou a ser destino de grupos criminosos, aproveitando as brechas deixadas pelo governo do estado.

A formação geográfica e urbana deste território favoreceu a expansão da criminalidade, com acesso à Baía de Guanabara e a rodovia BR-101, formando uma espécie de fortaleza para a governança criminal, expandindo as atividades econômicas ilícitas destas favelas do Leste Fluminense. Além do mais, o Arco Metropolitano, assim como a estrada criada pela Petrobras, exclusivamente para transportar equipamentos ultra pesados até o Comperj, foi transformada em via expressa. Essa nova via facilitou o tráfico de armas e drogas, integrando todas as favelas da região.

A chacina do Salgueiro

O Salgueiro, ali é um lugar muito ermo, enfim, o Salgueiro é uma favela diferente, não tem uma pegada, nessa área ela é muito mais parecida com um conjunto habitacional, do que com favela, com morro né? São ruas, estradas de terra, enfim, casas grandes para essa estrada, uma estrada de terra e as casas ficam de um lado é mato e do outro lado são casas de dois andares, casas grandes. (Entrevista com Rafael Soares, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil).

É nesse contexto de deterioração da situação de criminalidade e segurança pública que ocorreu a chacina do Salgueiro. No dia 11 de novembro de 2017, a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), além de militares de infantaria motorizada e das forças especiais do Exército Brasileiro (EB), realizaram uma operação cuja narrativa oficial era de “aprofundar o mapeamento” da região do Complexo do Salgueiro – isto é, coletar informações sobre o terreno.

Testemunhas, incluindo um sobrevivente e uma vítima fatal que veio a falecer um mês após ter sido baleado, afirmaram ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) que homens haviam atirado a partir de uma mata ao lado do local onde as vítimas foram encontradas. Segundo os últimos, entre cinco e seis homens com roupa preta, balaclava, cabeça com óculos e lanterna, e fuzis com mira a laser foram os autores da chacina.

[...] e lá na DH (Delegacia de Homicídios) entrevistei o Marcos (Amim), que era o delegado da DH, que estava de plantão e bizarramente era o delegado da DH que tinha sido acionado para ir para o local. Contou mais ou menos a história e na primeira entrevista que ele dá é “olha, eu não posso investigar muito (militar), porque não tenho atribuição, que investiga militar é o Ministério Público Militar (MPM), então vou investigar a Polícia Civil, o que eu posso te dizer aqui é que ninguém do Exército veio aqui prestar depoimento, eles não quiseram...”, assim, eu já senti ali que tinha alguma coisa estranha. (Entrevista com Rafael Soares, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

O relato do jornalista Rafael Soares (2022) dá o tom da especificidade e de como esse caso desafiou até os mais acostumados a lidar com a dinâmica de violência urbana no Rio de Janeiro. As respostas da Polícia Civil, que deveria investigar o caso, e o “jogo de empurra” entre as autoridades, chamou atenção e não seria a única característica que marcaria o caso. A Polícia Civil que, anos mais tarde, em 2020, ficaria marcada pela morte de João Pedro, menino de 14 anos morto no mesmo complexo de favelas, se apressou em dizer que seus agentes não atiraram naquela operação em 2017.

[...] nós recebemos essa denúncia e nós trabalhamos com um envio de informações sobre a ocorrência. [...] Uma senhora de idade, que não se identificou e entrou em contato com a gente para dizer que poucos minutos antes viu dois helicópteros baixando perto de onde aconteceria a cha-

cina, jogando uma quarta e homens descendo por essa corda. A descrição dela batia exatamente com uma movimentação tática das Forças Especiais, das Forças Armadas, que foi uma das forças mobilizadas naquela situação. (Entrevista com Guilherme Pimentel, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Ao trazer à tona uma informação específica, o advogado Guilherme Pimentel (2022), que naquele momento era coordenador do Defezap⁶, estrategicamente, direciona este caso para os órgãos competentes como Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, no intuito de levar novos elementos para elucidação desse caso. Em uma de suas matérias sobre o caso, o jornalista Rafael Soares, ao ouvir testemunhas, promotores e autoridades, dá conta de que soldados das Forças Especiais do Exército chegaram de helicóptero em uma área de mata do Complexo do Salgueiro e atiraram de lá contra algumas pessoas que estavam saindo de um baile funk. Segundo testemunhas, os soldados vestiam roupas especiais e estavam equipados com armas, capacetes e outros dispositivos, como miras a laser.

Esse combate que nunca combate na real, que é uma caçada humana né, ele não tem não nenhum interesse público que motive ou legitime a questão. Na verdade, são narrativas de legitimação, a partir da construção desse inimigo, que é construído historicamente no Brasil em torno do da figura dos jovens negros, e é essa estratégia de legitimação da caçada humana, (construindo) um medo em torno daqueles/daquelas que são os descendentes das pessoas que foram escravizadas, isso tem a ver com a história do Brasil. (Entrevista com Guilherme Pimentel, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

⁶ Serviço de denúncias de violência de Estado na região metropolitana do Rio de Janeiro através do WhatsApp, na época, incubado pelo NOSSAS, uma organização ativista que trabalha para fortalecer a democracia no Brasil. Hoje esta plataforma encontra-se na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e passou a se chamar Zap da Cidadania.

Neste sentido, demarcar a questão racial no contexto histórico do nosso país é fundamental para nunca esquecermos o quanto essa perversidade com corpos negros vem de longa data. Não é à toa que a criminalização da pobreza surge no contexto pós-abolição da escravidão. A sociedade brasileira naturalizou a barbárie, principalmente em territórios de favela e periferia.

[...] essas fugas que sempre aconteceram, e elas aconteciam devido à geografia local, que dizia uma coisa de entrar por ali e aí isso demorava um tempo que dava o tempo da fuga. Seriam fugas que naquele período histórico, as quadrilhas, enfim, estavam com uma postura de tirar onda em torno daquilo. E aí tinha o clima de orgulho ferido em torno daquelas operações frustradas, então essa chacina teria sido articulada no sentido de “impor o respeito” às Forças de Estado, com relação às quadrilhas locais. (Entrevista com Guilherme Pimentel, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Quando Pimentel (2022) relata sobre as especificidades do território, contextualiza as complexidades geográficas no contexto da segurança pública. O Complexo do Salgueiro fica localizado próximo a BR-101 e faz ligação com a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, que vai até a Baía de Guanabara. Esta APA possui uma extensão de 14.340 hectares que compõem a maior área de manguezal preservada do estado do Rio de Janeiro, abrangendo praticamente a última região de manguezais da orla da Baía de Guanabara. Este panorama locacional contribui para utilização desse espaço de proteção ambiental como escudo da violência armada.

Agora a outra dimensão [...] da mídia, é a ideia do se a cobertura em geral da mídia em relação à violência de Estado chamada de Segurança Pública, mas que não tem nada de segurança e não tem nada de público, é uma abordagem que muitas vezes ela legitima esse processo de caçada humana que é uma continuidade histórica da escravidão, da colonização e não faz

as perguntas que precisam ser feitas e às vezes fazem perguntas que não tem a menor pertinência. (Entrevista com Guilherme Pimentel, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Apesar da importância do caso, da forma como ele se deu e, principalmente, por conta da participação ativa de soldados do Exército, segundo os entrevistados a imprensa não deu a devida atenção aos oito mortos no Salgueiro. Sabemos que a cobertura da imprensa tende a dar menos importância a casos de violência fora da capital, mas esse caso desafia todos os padrões de noticiabilidade ensinados nas faculdades de comunicação. A baixa cobertura pode ser explicada pela falta de informações com o que se reveste a justiça militar. A partir da lei assinada por Michel Temer foi mais fácil manter opaco o caso, sem que até hoje se saiba a versão oficial do caso.

A cobertura deste caso da Chacina do Salgueiro de 2017 repercutiu não só no Brasil, mas internacionalmente, pela forma que ocorreu a operação conjunta entre a Polícia Civil e o Exército Brasileiro, culminando na morte violenta de oito jovens e dois feridos. Entretanto, as grandes mídias insistem em criminalizar pessoas negras, pobres, faveladas e periféricas, mantendo a narrativa hegemônica da opinião pública.

Então a mídia só criminaliza ele, botou ele como bandido, né? Muitos comentários, né? Chegaram até um comentário até hoje que eu nunca me esqueci que: “hoje a mãe chora, mas na hora de gastar o dinheiro do tráfico, ela não chorava”. Só que se eu gosto de dinheiro de tráfico, não acordava às 3 horas da manhã naquela época, né? Para trabalhar em três serviços para sustentar meus filhos, né? (Entrevista com Margarida, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

A perversidade dos fatos narrados pela mãe de uma das vítimas da chacina escancara a dessensibilização com a dor do outro, normalizando quaisquer violências para este grupo populacional. Historicamente, as mulheres negras são violentadas de diversas formas, tendo que se reinventar no luto para seguir em frente e lutar pelos seus. O sofrimento

incurável de uma mãe que perde seu filho para a necropolítica naturalizado pela sociedade.

Para além da vida ceifada e a marginalização que as mídias condicionam esses jovens, no meio disso tudo, as condições psicológicas que essas famílias ficam após essa perda, uma vez que um dos seus é tirado de seu convívio de uma forma tão brutal. Os impactos na saúde mental dos familiares são imensuráveis.

A gente tinha uma união, eu, eles, irmãos, coisas que a gente fazia antes e hoje a gente já não. Depois que ele foi, a gente nunca mais fez, que era a gente cozinhar todo mundo junto, pararam, chegava do trabalho, vamos fazer todo mundo comigo. Isso nunca mais teve, entendeu? O meu filho, que é o caçula dos meninos, ficou bem revoltado, até hoje ele está bastante revoltado, mas eu tentei conversar ao máximo com ele. Até mesmo para ele não virar a cabeça. Ele estava naquilo de vingança, vingança. O meu outro, meu outro filho que era o segundo filho, ele teve um sério problema com depressão, chegou a se cortar todo entendeu? Minhas filhas eram pequenas. (Entrevista com Margarida, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Dois anos depois, o Ministério Público do Rio de Janeiro arquivou o processo, afirmando que nem os policiais civis nem supostos traficantes foram os autores dos disparos que vitimaram oito homens. O perito que subsidiou o laudo da Polícia Civil afirmou ser verossímil o relato da testemunha que posicionou os autores dos disparos na região de mata ao lado da Estrada das Palmeiras.

A bola ficou com o Ministério Público Militar (MPM). Segundo o MPM, os militares também não foram autores dos 35 disparos que atingiram as vítimas naquele dia. A menos que surjam novas provas, o processo segue arquivado e sem identificar nenhum responsável pelas mortes.

[...] é um misto de sentimentos assim, tem horas que eu acredito que realmente eles vão, eles vão desarmar, eles vão descobrir, eles vão fazer, mas ao

mesmo tempo, eu já penso que vai ser só mais um entendeu? Porque assim, quando você, quando a gente está de frente, né? Com quem pode fazer alguma coisa, você vê que eles não acreditam na gente, você tem que falar sempre as mesmas coisas e é como se você falasse para as paredes, para o vento, entendeu? A gente parece, eu me sinto assim, que a gente tá mentindo ali, entendeu? Então, às vezes eu acho que vai se resolver, mas às vezes também eu acho que não vai se resolver, diante também de tantos casos que eu já ouvi, já ouvi até no ano passado, teve a ONU aqui nós fomos falar com eles, então é tantos casos que a gente ouve de anos e anos que dá aquela incerteza de, de que o caso será resolvido, entendeu? (Entrevista com Margarida, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

O sentimento de impotência e de impunidade diante de tudo que aconteceu paira sobre Margarida (2024). Nutrir uma esperança de que esse caso vai ser desarquivado e que os culpados pela morte de seu filho vão vir à tona é muito difícil para essa mãe que sofre diariamente com isso.

Forças Armadas e contexto político

Ao falar desta chacina, falamos, também sobre a violação brasileira ao direito internacional pela ampliação da competência da Justiça Militar a partir da Lei 13.491/17, sancionada em outubro de 2017. Na época, o então presidente da República, Michel Temer, chancelou o PL mencionado anteriormente, no qual todos os crimes militares em tempo de paz deveriam ser tipificados no Código Penal Militar. Com esta mudança, a Polícia Civil não tem mais atribuição para dirigir investigações que envolvam soldados que matam em exercício das suas funções ou em determinadas situações, como no policiamento para garantia da ordem pública, no caso do Rio.

Este PL marca o período em que a Lei de Garantia da Ordem (GLO) passou a ser solicitada de forma corriqueira pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, na figura do governador Luiz Pezão. O descontrole de sua gestão no âmbito da segurança pública explodiu os índices de criminalidade. Em 2017, foram 1.127 mortos por intervenção do Estado. O

processo de declínio das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs) após os Megas Eventos em meio à crise político-econômica, culminou na vinda da intervenção federal de caráter militar, no intuito de combater a criminalidade que só aumenta.

No início de 2017, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Brasil por unanimidade, reconhecendo a responsabilidade do Estado brasileiro na violação de direitos humanos no caso da chacina na Favela de Nova Brasília, na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, entre 1994 e 1995. A sentença foi crucial para que a terminologia que designa mortes cometidas por agentes do Estado mudasse para “mortes em decorrência da intervenção do agente do Estado”.

Em 2018, uma nova página seria escrita na história do Rio de Janeiro e do país. O presidente Michel Temer assina o decreto que institui a Intervenção Federal na segurança pública do estado fluminense. Esse dispositivo constitucional nunca foi usado e significou uma medida de força e desesperada. O então presidente, que acumulou uma das piores popularidades e diversas derrotas políticas, utilizou do expediente para congelar as discussões sobre a reforma da previdência. No Rio de Janeiro, não havia nenhum indicativo que apontasse para uma situação mais grave do que o registrado em outros anos.

Escolhido para o cargo de interventor, o general Braga Netto seria incensado durante os meses de intervenção como um gestor eficiente e a “solução” para os problemas persistentes de segurança pública. O fato é que a Intervenção foi marcada por um elevado número de mortes cometidas por policiais, por gastos bilionários, por tanques e outros apetrechos de guerra, pela morte do menino Marcus Vinicius, vestido com uniforme de escola, na Maré, e pela morte de Marielle Franco, vereadora em exercício morta no centro da cidade, a poucos metros da sede da Prefeitura.

Esse modelo a não ser copiado, como definiu o Observatório da Intervenção⁷, ajudou a catapultar os militares para a administração pú-

⁷ “Intervenção federal: um modelo para não copiar”. Rio de Janeiro: Observatório da intervenção, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>.

blica e ajudou no caldo que permitiu com que Bolsonaro e governadores de extrema direita fossem eleitos em 2018. Mas quem mais ganhou nesse processo foi Braga Netto, que de interventor se transformou no braço direito de Bolsonaro, dividindo até a chapa na tentativa frustrada de reeleição do ex-presidente.

Respostas das autoridades

Compreender o que ocorreu na chacina do Complexo do Salgueiro é um desafio. Até o presente momento, não existe versão oficial corroborada por todos os entes envolvidos na operação: a Polícia Civil declarou que os tiros que vitimaram oito pessoas em novembro de 2017 não partiram nem dos seus agentes, nem tampouco de traficantes da região. O exército se apressou em dizer que as mortes foram fruto de conflitos entre grupos criminosos. Uma única testemunha declarou ter visto homens com trajes especiais, de guerra, na mata próxima ao local onde ocorreram as mortes.

Ao não se ter uma narrativa clara, as autoridades competentes para conduzir as investigações se contentaram em arquivar os processos e a imprensa cobriu o caso aquém da gravidade que ele possui.

[...] fomos procurados por familiares dos mortos e passamos a atuar na investigação juntamente com a DPU através do Thales Arcoverde Treiger, defensor federal, acompanhando as investigações sobre o que aconteceu, mas em razão desta lei que foi aprovada, a investigação teve que ser separada, porque uma investigação para investigar os militares das forças armadas, que ficou à cargo do MPM. (Entrevista com Daniel Lozoya, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

Como dito anteriormente, apesar (ou por causa) da relevância do caso, o MPM não produziu outras provas, perícias, não ouviu testemunhas civis nem outros atores que acompanharam o caso. O defensor público Daniel Lozoya (2022) contou que houve uma movimentação para que o caso fosse devidamente investigado:

Só que nós conseguimos, através do Thalles, porque eles não nos forneceram cópia da investigação do MPM e depois disso a gente se debruçou sobre o caso porque nós oferecemos uma denúncia sobre o caso durante a comissão interamericana de direitos em abril de 2018 porque a gente não acreditava que seria uma investigação séria, diligente, imparcial. (Entrevista com Daniel Lozoya, realizada em 2023, para a pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil)

O conteúdo do processo a que os defensores públicos tiveram acesso propiciou confirmar o uso de aeronaves pelo exército no dia da chacina, tal como mencionado por testemunhas. O caso segue caminhando na Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que pode levar o Brasil a mais uma condenação do tipo. Além desse processo, os defensores entraram com um pedido de reparação às vítimas na Justiça Federal.

A falta de respostas das autoridades para as vítimas de agentes do Estado, seus familiares e para com o território, escancara o histórico fluminense na não elucidação dos casos, sobretudo os mais emblemáticos. O Ministério Público, a quem a Constituição confiou o papel de controlar a atividade policial, tem sido o principal vetor da violência policial no Rio de Janeiro. O baixíssimo engajamento em casos de mortes cometidas por agentes do Estado materializa a impunidade. Neste sentido, esses territórios acabaram criando formas de mitigar os efeitos nefastos que a violência policial causa.

Historicamente, os territórios de favelas e de periferias têm um lastro organizacional, devido ao descaso dos governantes em garantir que o Estado democrático de direito seja exercido em sua plenitude em tais espaços. À medida que esses atores passam a ser novos sujeitos na cena política, a partir de lideranças comunitárias que coordenam as demandas dos moradores, surgem as organizações não governamentais (ONGs) que executam projetos sociais em um formato associativo que tem atuado com maior intensidade.

Neste contexto, as ONGs baseadas em territórios que foram marginalizados ao longo do tempo têm um caráter cada vez mais de combate à

pobreza e vulnerabilidade social. No entanto, ao assumir esse papel negligenciado pelo poder público, de modo geral, essas organizações acabam desempenhando um lugar de interlocutores “confiáveis” para mediar com as populações dessas localidades, em um cenário de criminalização.

Este não acesso de forma ampla e democrática aos serviços públicos de qualidade, em todas as esferas, em especial no que diz respeito à justiça e segurança pública, faz com que o apoio dessas organizações seja essencial para a garantia de direitos. Entretanto, nem sempre o terceiro setor consegue amparar essas demandas territoriais, por conta de uma série de limitações em seu *modus operandi*.

Em cenários de chacina, existe uma forte mobilização no território, em que o protagonismo está nas mulheres negras. São mães, irmãs, primas, avós, namoradas, noivas e esposas, que carregam em si a herança escravocrata de cuidar dos seus nos momentos de violência. E são essas mesmas mulheres negras estigmatizadas que sofrem com o processo de criminalização de suas famílias, por agentes de segurança do Estado, por profissionais da saúde e pelas grandes mídias.

Nesses momentos, a acolhida e o acompanhamento dos familiares que são afetados pela geopolítica das mortes e a necropolítica é fundamental. A humanização dessas famílias que sofrem com a narrativa hegemônica de uma branquitude que criminaliza corpos negros em quaisquer situações, demonstra o atravessamento de raça e a invisibilidade dessas pessoas que tiveram a vida dilacerada.

Atualmente, são pouquíssimas organizações que conseguem dar o suporte necessário, no que tange orientações sociojurídica e psicossocial, em situações de violações de direitos. No Rio de Janeiro, a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro tem esse caráter de diálogo e escuta com a sociedade. Entretanto, apesar da importância e do empenho de sua atuação, a Ouvidoria esbarra com as limitações de órgão do poder público em atuar em favelas e periferias dominadas por grupos armados. Sendo assim, articular uma rede de apoio às entidades e lideranças locais, buscando não apenas garantir

o acesso individual, mas que possibilite repensar práticas e fluxos de trabalho para melhor atendimento do público desses territórios passa a ser fundamental para mitigar os danos causados pela violência armada.

Em caso de chacinas, é necessário que haja uma sensibilidade com o processo, uma vez que reparação e justiça não se limitam apenas à indenização. O fortalecimento das famílias para judicialização com ajuda da sociedade civil na investigação, tendo que aguentar as mazelas da moralidade fragilizada, quando há um posicionamento de “não defendo bandido”. A importância dos movimentos nesses momentos são muitas das vezes fundamentais para encarar as nuances da segurança pública.

Referências

- BENTO, Cida. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTONI, Marcio et al. “Áreas de proteção ambiental na baixada fluminense”. *História, Natureza e Espaço-Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF*, v. 1, n. 1, p. 01, 2012.
- BETIM, Felipe. “Chacina no Rio que pôs o Exército sob suspeita teve investigações arquivadas”. *EL PAÍS Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/17/politica/155513598_215678.html. Acesso em: 29 nov. 2023.
- CABRAL, Amílcar. “Libertação Nacional e Cultura. Malhas que os Impérios tecem”. *Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*, Edições 70, p. 355-375, 2011.
- CANINEU, Maria Laura. “Novas evidências de possível participação do Exército na Chacina do Salgueiro”. *Human Rights Watch*. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2018/05/11/brazil-new-evidence-army-role-rio-ambush>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- CARDOSO, Lucas. “Sete mortos a tiros em baile funk no Complexo do Salgueiro”. *O Dia*. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-11-11/sete-mortos-a-tiros-em-baile-funk-no-complexo-do-salgueiro.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- CARVALHO, Monique Batista. “A prática do extermínio como dispositivo de segurança no Rio de Janeiro. (SYN) THESIS, v. 12, n. 1, p. 26-36, 2019.
- CICCONELLO, A. “Novos sujeitos na cena política: uma análise do perfil das ONGs de defesa de direitos e desenvolvimento associadas à Abong”. In: *ONGs no Brasil. Perfil das Associadas à Abong*. São Paulo: Abong, 2006, pp. 07-21.
- DEL RÍO, Andrés; RODRIGUES, André. “Chacina do Salgueiro - 11 de novembro de 2017”. *Dicionário de Favelas Marielle Franco*. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_do_Salgueiro_-_11_de_novembro_de_2017. Acesso em: 29 nov. 2023.
- DEL RÍO, Andrés; GOMES, Juliana Cesario Alvim. “A quem serve a expansão da Justiça Militar”. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Retrieved in, v. 24, 2021.

- DOREA, Manuela. “Justiça ignora provas contra militares em chacina”. Blog da Cidadania. Disponível em: <https://blogdacidadania.com.br/2021/02/justica-ignora-provas-contra-militares-em-chacina/>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- DOS SANTOS NEVES, Flávia Villela. “Política Antirracista no Sistema de Justiça: a experiência da Coordenadoria de Promoção da Equidade Racial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro”. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, v. 54, n. 2, p. 21-60, 2023.
- FREITAS, Felipe. “Racista, ilegal e ineficaz: o modelo brasileiro de segurança pública e o policial ostensivo”. In: SANTOS, Ana Carolina et al, (org.). *Iniciativa Negra por uma nova política sobre drogas: um olhar preciso*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung e Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 50-60. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/09/livro-iniciativa-negra-web.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- GENI. *Chacinas policiais: relatório de pesquisa*. Niterói: Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos/Universidade Federal Fluminense, 2022.
- MARTÍN, María. “De capacete preto e miras laser, a nova forma de matar impunemente no Rio”. *EL PAÍS Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/21/politica/1511289685_933810.html. Acesso em: 29 nov. 2023.
- MARTÍN, María. “O caso dos sete mortos que ninguém matou”. *EL PAÍS Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/14/politica/1510686437_487995.html. Acesso em: 29 nov. 2023.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Melusina, 2020.
- MENDES, Marlon. “Morre a oitava vítima de chacina no Complexo do Salgueiro”. *O Dia*. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-12-04/morre-oitava-pessoa-baleada-em-baile-funk-no-complexo-do-salgueiro.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- MONTEIRO, Valdênia Brito. “Criminalização da pobreza e de defensores de direitos humanos”. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, [S.l.], n. 240, p. 238-255, jul. 2017. ISSN 2447-861X. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324235018_CRIMINALIZACAO_DA_POBREZA_E_DE_DEFENSORES_DE_DIREITOS_HUMANOS. Acesso em: 20 fev. 2024.
- OLIVEIRA, Denílson Araújo de. “Geopolítica da morte: periferias segregadas”. In: SANTINI, SANTARÉM, Paíque Duques; ALBERGARIA, Rafaela, (org.). *Mobilidade Antirracista*. Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 80-97.
- RAMOS, Silvia. *Intervenção federal: um modelo para não copiar*. Rio de Janeiro, CESeC, fevereiro de 2019.
- RIO DE JANEIRO. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. “Nudedh quer que CIDH investigue chacina em intervenção federal no RJ”. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/27014-Nudedh-quer-que-CIDH-investigue-chacina-em-intervencao-federal-no-RJs-em-operacao-no-salgueiro-nao-tem-explicao-23599691.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- ROSA, Wagner. “Estrada do Comperj facilitou a distribuição de armas e drogas em São Gonçalo”. *Território Gonçalense*. Disponível em: <https://territoriogoncalense.blogspot.com/2015/04/estrada-do-comperj-facilitou.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

- SILVA, Robson Campanerut. “Um bairro, dois salgueiros: Análises e representações sociais sobre o bairro em São Gonçalo-RJ”. *VII Jornada de alunos* do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2013.
- SILVA, Uvanderon Vitor da; SANTOS, Jacqueline Lima; RAMOS, Paulo César. *Chacinas e a politização das mortes no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- SOARES, Rafael. “Chacina em São Gonçalo: documentos revelam que investigadores ignoraram provas que ligam assassinatos a militares”. Revista Época. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/rio/chacina-em-sao-goncalo-documentos-revelam-que-investigadores-ignoraram-provas-que-ligam-assassinatos-militares-24889542>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- SOARES, Rafael. “Investigação é arquivada, e oito mortes em operação no Salgueiro não têm explicação”. *Jornal Extra*. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policial/investigacao-arquivada-oito-mortes-em-operacao-no-salgueiro-nao-tem-explicacao-23599691.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- SOARES, Rafael. “As camadas de impunidade que poupam militares de responsabilização por chacina em São Gonçalo”. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/rio/as-camadas-de-impunidade-que-poupam-militares-de-responsabilizacao-por-chacina-em-sao-goncalo-2-24889538>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- THEODORO, Mario. *A Sociedade Desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- VEDOVELLO, Camila de Lima; RODRIGUES, Arlete Moysés. “As chacinas em São Paulo: da historicidade à chacina da Torcida Pavilhão 9”. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 7, n. 2, Jun. 2020, p.161-179.
- MENDES, Marlon. “Morre a oitava vítima de chacina no Complexo do Salgueiro”. *O Dia*. Disponível em: < <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-12-04/morre-oitava-pessoa-baleada-em-baile-funk-no-complexo-do-salgueiro.html>>. Acesso em: 29 nov 2023.
- MARTÍN, María. “De capacete preto e miras laser, a nova forma de matar impunemente no Rio”. *EL PAÍS Brasil*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/21/politica/1511289685_933810.html> . Acesso em: 29 nov 2023.
- MARTÍN, María. “O caso dos sete mortos que ninguém matou”. *EL PAÍS Brasil*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/14/politica/1510686437_487995.html> . Acesso em: 29 nov 2023.
- VIANA, Natalia. “Um ano depois, sobreviventes da chacina do Salgueiro não foram ouvidos pela Justiça Militar”. *Agência Pública*. Disponível em: <https://apublica.org/2018/11/um-ano-depois-sobreviventes-da-chacina-do-salgueiro-nao-foram-ouvidos-pela-justica-militar/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Transcrição da entrevista com a mãe de uma das vítimas da Chacina do Complexo do Salgueiro

*Data da entrevista realizada
por Belle Damasceno: 29/01/2024
Transcrição de Ruan Bernardo*

[Belle Damasceno]: *Obrigada viu!*

[Entrevistada]: Desculpa eu ter sumido aqui, viu? Eu estava resolvendo um monte de coisa

[Belle Damasceno]: *Nada! Nada! fique tranquila,*

[Entrevistada]: Eu tava longe do telefone e do computador, mas qualquer coisa eu tô por aqui já.

[Belle Damasceno]: *tá bom? Tomara que esteja gravando, né? Sabe que tá gravando aqui mesmo.*

[Belle Damasceno]: *Tá gravando né? Posso?*

[Entrevistada]: Pode, pode sim.

[Belle Damasceno]: *Prontinho, que prazer estar aqui com você, infelizmente, né? A partir deste contexto, a partir desse tema desta pesquisa. O meu nome é Belle. Eu trabalho na iniciativa negra para uma política sobre drogas, né? E a gente tá fazendo essa pesquisa em parceria com a Fundação Perseu Abramo e com o CESEC também, né? E a gente viu nas nossas entrevistas sobre esse caso, né? Que eu vou até abrir o caso aqui rapidinho para eu reclamar, que é sobre, eu não sei se a Ju te explicou sobre o que tratava. Ela chegou a falar com você?*

[Entrevistada]: Ela falou que era sobre, se eu não me engano, assassinato, né? Alguma coisa assim, agora tô lembrando as palavras certas.

[Belle Damasceno]: *Então, fique tranquila. Então esse... deixa olhar aqui, eu ver se é isso. Essa foi a do complexo do Salgueiro, não foi a São Gonçalo, né?*

[Entrevistada]: Isso, é o complexo Salgueiro de São Gonçalo.

[Belle Damasceno]: *Isso, isso. Então, a gente tá fazendo uma pesquisa sobre chacinas no Brasil, né? A gente trabalha, né? Principalmente a iniciativa com temas voltados para o encarceramento, para a letalidade policial, Segurança Pública a partir de uma lógica que a gente reconhece enquanto guerras drogas, né? Que não é guerra contra as drogas de fato, é uma guerra contra pessoas, né? E nesse caso específico do Salgueiro tivemos uma grande dificuldade de encontrar pessoas né? Pra estar colaborando com a gente e, graças a Deus, né? Todas energias. Juliana Farias lembrou que teria contato com algumas mães e tal, que foram tão vítimas quanto. E aí você chegou esse contato seu até a gente. Eu tenho umas perguntas para te fazer, mas eu gostaria que você se sentisse bem à vontade para responder, ou menos do que eu perguntei dando somente as informações que você acha que interessa que é importante, o que você queira, ou mais do que eu perguntei. Se durante as perguntas você tiver outras coisas para trazer que eu não toquei no tema, que eu não toquei no assunto. Fique à vontade. Fica à vontade. A gente vai fazer uma pesquisa que a gente vai publicar cadernos e um desses cadernos vai ser sobre essa chacina no Rio de Janeiro, que é chacina e policiamento. Escolhemos dez casos emblemáticos no Brasil, né? Os casos que mais foram... tiveram repercussão midiática e essa do Salgueiro em especial, ela entrou também como um dos casos emblemáticos por apresentar algumas características, as quais a gente acha que ela se destaca nesse banco de dados enormes sobre chacina no Brasil, né? Então o nome da pesquisa é: Chacinas e a politização das mortes no Brasil. O seu nome não será revelado, a gente vai usar pesquisa com nomes fictícios, se você já quiser sugerir um nome para você ser chamada para quando você pegar o material e você quiser ler fica à vontade, tá? Então a gente vai começar a entrevista. Primeiro é que*

eu vi aqui que aconteceu dia 11 de novembro, né? De 2017, no complexo do Salgueiro, Rio de Janeiro. Foram oito vítimas fatais e uma vítima ferida. Os agressores foram policiais civis e soldados do exército. Suposta motivação ou relato oficial é de que as mortes foram fruto de conflitos entre facções e não causados pelos agentes, né? O argumento deles é que eles foram recebidos a tiros, por isso revidaram. Temos aqui o nome das pessoas que foram vítimas, uma delas é o seu filho então. A gente tem a versão original dos fatos aqui, original entre aspas, né? O que eles chamam de uma versão oficial, né? A gente chama de chacina, porque é um termo jornalístico que a gente compreende, onde configura três ou quatro mortes ali no mesmo contexto, diante da mesma situação, né? Ou consequência de uma situação que se deu outras mortes. Basicamente isso, né? E aí eu queria começar a te fazer uma pergunta você me narrando, né? Como foi né? Como foi que você soube? Como foi que aconteceu? Se essa versão tem fundamento, se não tem fundamento. E aí a partir da versão que você me contar, a gente vai suscitando outras perguntas, mas fique, repito, muito à vontade. Primeiro eu gostaria de, inclusive, te desejar assim, né do fundo do meu coração, assim que é um abraço, né? Porque deve ser que é um sentimento, eu não posso dizer nem que eu imagino, também tenho um filho. Então posso te dizer que eu imagino que deve ser algo para além do imaginável, né? Só sentindo mesmo e eu gostaria que você ficasse à vontade, tá bom?

[Entrevistada]: Você tá me ouvindo?

[Belle Damasceno]: Tô te ouvindo muito bem. Você tá me ouvindo bem também?

[Entrevistada]: Tô, tô ouvindo sim, então. Os fatos começaram assim, nesse dia eu vim fazer uma vistoria no meu apartamento e ele veio comigo. Nesse dia, nós voltamos para casa, porque eu ia me mudar da casa que eu estava para dentro do bairro, lá dentro do Salgueiro, eu já morava no Salgueiro, só que eu ia para um bairro mais para dentro, entendeu? Eu só ia ficar um mês nessa casa nova. Então, nesse dia, nós chegamos e fomos para casa, de casa nós fomos lá nesse bairro, que se chama bairro

das Palmeiras. Minha irmã morava lá e eu fui lá ver a casa, porque essa casa que eu ia alugar era lá, tratei tudo que eu tinha que tratar e voltei para casa, para arrumar as mudanças. Assim, lá no Salgueiro, pra quem mora, lá é tranquilo, qualquer hora do dia e da noite, tanto que eu andava três, quatro horas da manhã, ia visitar minha irmã. Assim, pra gente não teria problema nenhum, que a gente conhece todo mundo, sabe como é a rotina. Então eu vim de lá, era mais ou menos umas 11:00 para 11:30, por aí, de noite para arrumar a mudança e o meu filho, ele ficou lá na casa da tia e veio para casa mais tarde para poder me ajudar a arrumar a mudança. Só que quando eu cheguei em casa, eu pedi a um outro filho meu, que era caçula dos meninos, para ele chamar o rapaz do frete que ia fazer meu frete, só que aí ele não encontrou o rapaz do frete nesse dia. Então resolvi me mudar no caso no dia 11 de manhã, porque ainda era dia 10, né? 11 e pouca da noite dia 10, então resolvi me mudar no dia 11 pela manhã, seria um sábado. Então meu filho chegou em casa e me perguntou se eu ia me mudar. Eu falei que não, vou me mudar amanhã de manhã, porque o rapaz do frete sumiu, aí ele falou: “então vou dormir lá na casa”, que a casa não poderia ficar sozinha, porque já tava na minha responsabilidade, né? Então, não poderia ficar vazia, então eu falei tudo bem. Ele falou: “Amanhã de manhã eu venho para ajudar a senhora a arrumar a mudança”. E ele entrou, isso já deveria ser por mais de meia-noite. Eu não tenho o horário exato, porque nesse dia meu celular chegou muito ruim. Então tava descarregando rápido, carregava só naquela bateria, tinha que tirar a bateria. Meia-noite por aí, ele estava de moto e ele saiu, quando eu ouvi o barulho da moto do meu quarto, eu ainda levantei para ir atrás dele, porque eu achei que ele ia tomar banho, mas não, ele só falou comigo, deu um beijo na irmã e saiu. Aí nisso eu continuei no quarto, eu perguntei para os irmãos, ele já falou: “ah, mãe, ele já foi então, tá bom?”. Fiquei arrumando as coisas no meu quarto. Fui ensacando as coisas. Nisso eu pedi para o meu filho que ele fosse na barraca ao lado da minha casa comprar uma chupeta para irmã dele, porque tinha sumido <a chupeta> no meio da mudança. Ele foi e che-

gou lá e a moça da barraca falou: “olha, avisa sua mãe que o negócio não está bom”. Aí não, aí eu já me preocupei. Porque tinha acabado de entrar né? E para esse bairro só tem essa entrada, não tem outra. Logo eu consegui ligar meu telefone e já chegou uma mensagem da minha irmã perguntando pelo meu filho, perguntando por ele, se ele estava lá em casa. Eu falei não, aí ela falou: “mas ele não chegou aqui”. Aí ela começou a me contar o que tava acontecendo: “olha tem um monte, tem muita polícia aqui”. Ela tava sentada na frente da casa dela, no portão, informou que os policiais vieram a pé, não era uma coisa normal, eles vir a pé, era sempre de carro, até falou: “estão a pé tudo encapuzada, eles vieram aqui no meu portão, eu tava aqui sentada aqui”, ela morava de aluguel. Então tava ela e o dono da casa onde ela morava. “Eles vieram começaram a falar”, querer que ela falasse onde tinha droga, que se não ia entrar na casa dela, falaram se achasse alguma coisa, ia botar na conta dela, aquele terror. Aí ela me contou isso, eu já levantei. Ela já tinha falado isso. A vizinha falou também. Aí eu levantei e fui para o portão. Aí eu chamei essa vizinha da barraca e comecei a conversar com ela, perguntar o que tava acontecendo. Ela falou, quer dizer eu tinha mais ou menos uma hora que eu tinha passado pelo mesmo local e tava tudo tranquilo, tinha até um pagode assim, até brinquei com meu filho, eu falei: “acho que vou me mudar não, acho que vou vir para esse pagode aqui”, mas tá super tranquilo o bairro normalmente, normalmente. Então eu falei, “mas o que que tá acontecendo”, ela começou a contar: “não, é porque entrou um policial tudo aí”. Esse rapaz que eu ia alugar a casa dele na época, ele tinha uma barraca bem na pista onde entra para esse bairro, né? Aí eu liguei para ele e perguntei se tinha realmente entrado policial. Ele falou que sim. Aí eu perguntei se estavam a pé, ele falou que não, estão de carro. Sei lá porque minha irmã, lá dentro, falou que eles estão tudo a pé e muitos e ele falou: “se eu não me engano foi um ou dois carros”. Assim, pela quantidade de policiais que entrou, não caberia em dois carros, né? Só que na terça-feira que antecedeu essa chacina teve uma operação gigantesca, com exército lá, era muito, muito homem,

muito e desde essa terça-feira a gente ouvia boatos que tinha gente escondida na mata, só que a gente não tinha certeza, né? Mas eu ouvi “tem gente que continua na mata, eles estão na mata, eles são treinados para isso, para ficar dias e dias”, a gente tava ouvindo essas coisas, mas não tinha certeza. O bairro seguia tranquilamente. Aí eu continuei no portão. Até que chegou um vizinho, que ele é Uber, e ele falou que ele entrou logo depois que houve os disparos, né? Ele chegou, aí o pessoal também do que tava no pagode começou a ir para casa, né? Começou a passar na rua onde eu morava que era uma rua principal. E aí começou a falar: “aí, já tem gente caída lá dentro”, mas nunca na minha cabeça eu ia imaginar que era meu filho né? Mas eu tava super preocupada, a vizinha veio me acalmar falando: “não, ele deve ter ido para casa de algum colega, viu que tava ruim, foi para casa de algum colega”. Aí, eles chegaram a me mostrar um vídeo, o pessoal que estava vindo do pagode, né? Minha mãe falou que era a hora que o vídeo deles descendo do helicóptero, né? No campo que tem lá dentro, aí esse vizinho do Uber chegou e falou assim: “ah, eu entrei com um casal de idosos e aí eu vi um monte de gente já no chão, já um monte de corpos no chão. Ele reparou que no carro dele tinha muitas bolinhas vermelhas, aí ele falou é mira laser isso aí, ele parou o carro, acendeu a luz, baixou os vidros e ficou parado. Aí ele falou que começou a levantar um monte de policial do mato e que foi em direção a ele, aí ele falou né? Que tava levando o casal. Aí ele pegou e falou: “olha, quando eu tava voltando, os policiais já estavam saindo, estavam indo embora”, aí eu peguei e falei: “ah, é minha hora de entrar agora para procurar meu filho, para saber onde ele tá né? Se ele chegou na casa da minha irmã, que depois disso eu não consegui mais contato com a minha irmã, vou ver se ele chegou na casa da minha irmã, ver se tá na casa de algum colega, vou ir”. Aí eu entrei, acordei o meu filho, né? O segundo filho, falei com ele para olhar as irmãs, que na época eram pequenas, que eu ia atrás do irmão dele. Aí contei assim mais ou menos o que tava acontecendo e fui, isso já deve ter sido umas três horas da manhã. Eu fui andando, aí quando eu passei por um local lá que a gente

chama de pistão, com licença. Que chama de pistão, eu reparei que tinha uma luz muito forte, porque lá a maioria das lâmpadas são quebradas, né? Tudo apagado, então eu reparei que uma luz muito forte atrás de mim. Aí eu já tremi. Eu falei o caveirão tá voltando e já tava eu na rua, aí eu continuei indo né? Com medo, já preparando um plano na minha cabeça que eu ia bater na casa de alguém para pedir para entrar né? Porque eu achei que eles iam atirar em mim também né? Só que aí eles passaram direto. Eles foram direto, eu continuei então andando, aí mais na frente tinha um ônibus, eu pedi que se o motorista fosse entrar, que ele me desse uma carona só para me passar dos policiais, que eu tava procurando meu filho. Aí ele falou que não ia entrar, porque não tava podendo entrar, então tá bom, né? Eu continuei na fé, mas para frente eu já avistei os policiais. E aí quando eu fui chegando próximo dos policiais, o Caveirão tava virado na pista, assim fechando a pista mesmo e os policiais na frente do Caveirão tampando o caveirão e eram muitos, muitos, eu não contei, mas tinha uns 30 homens. Ou mais, porque eles fecharam a rua, assim do lado do outro, de ponta a ponta, e aí eles todos eles assim, né? Eu olhei assim, eu vi todos eles ficarem com a arma apontada para mim e gritando e mandando eu sair e aí falaram isso aí, né? “Foi facção rival, é área de perícia”, aí eu parei, só parei, eu tava na calçada, eu parei levantei a mão assim, né? Para eles ver que não tava com nada, fui andando para trás, mas não dei as costas para eles. Então logo do meu lado direito, já tinha uma grade que dava para mim entrar para dentro do condomínio, porque nisso eu tava na principal do condomínio, na rua principal. Então entrei para dentro do condomínio. Nisso que, que estavam com a arma apontada para mim, chegou um carro também, um outro carro, que no caso depois eu fiquei sabendo que era mãe também de uma outra vítima.

[Belle Damasceno]: *O áudio cortou um pouco, você desligou o áudio. Tá desligado ainda seu áudio. Isso aí, pode continuar.*

[Entrevistada]: Então, eu saí numa rua atrás dos policiais, no caso eu não vi os corpos, não deu para mim ver os corpos, porque de frente eles

estavam tampando com o caveirão e atrás eu já tava muito longe, muito distante assim pra ver. Mas eu comecei a perguntar, porque teve pessoas que falaram, uma delas era até a tia do menino que também faleceu, que foi a irmã dela que chegou no carro. Ela falou que quando o caveirão saiu, algumas pessoas conseguiram chegar até os corpos e ela foi uma, aí meu sobrinho, aí eu perguntei né? Falei como ele era, como ele tava vestido e eles falaram que não, não tem ninguém assim ali não. Ele tava com uma blusa vermelha e ele não tem ninguém de blusa vermelha, não tem ninguém assim, só tem um menino da Palmeira, mas tinha um rapaz da Palmeira aqui, infelizmente ele veio a falecer também no final do ano passado e que parecia muito muito com ele, muito mesmo e acho então que tavam confundindo né com ele, depois eu relatei uma coisa com a outra achando que era esse menino da Palmeira. Mas pela roupa também ninguém, ninguém sabia, ninguém falava que tinha ali isso. Eu encontrei um jovem, perguntei dele e falei como ele era, falei o nome dele, ele falou: “ah, eu conheço sim, tia, ele não tá ali não, ele não tá ali não”, mas eu ainda continuei no local, né? Aí tinha carro parado, outro carro capotado, estava um verdadeiro cenário de terror. Aí eu encontrei mais um bocadinho de pessoas que estavam paradas, né? E tinha mais outro menino, aí eu perguntei pra esse menino também, falei: “você conhece o meu filho” e assim ele conhecia sim e ele disse: “mas ele não tá ali não, pode ficar despreocupada que ele não tá ali não”, ele chegou até a brincar comigo na hora, ele falou: “assim ó, ele deve tá até no baile, deve ter saído com os colegas”. Mas ele não tá ligando, ele começou a falar: “olha quem tá ali é fulano, fulano”. Mas como assim? Eu morei lá há muito tempo, mas eu sou muito caseira, então eu era de casa para o trabalho. Então eu conhecia as pessoas de vista, mas não de nome, então ele foi falando os nomes, eu nem sabia quem era pelos nomes, mas ele não citou o nome do meu filho. Eu falei: “então eu vou para casa”. Aí eu fui para casa, deveria ser umas 4:30 para 5:00. Já eu fui para casa, né? Pensando, vou esperar amanhecer, vou atrás dele de novo e vou mandar ele para casa do pai dele, né? Aí fui para

casa tentar deitar, já deitei, botei meu telefone para carregar. Só que aí eu fiquei uns 5 minutos deitada, não consegui dormir, levantei, peguei o telefone de novo e liguei. Aí nessa hora que eu liguei o telefone, que eu botei no Facebook, já começou a vir um monte de mensagens de homenagens para ele. Aí foi uma homenagem carregando em cima da outra, aí ali eu só me lembro que eu vi uma pessoa que postou, inclusive era a menina que tomava conta da minha filha para mim trabalhar, que foi até ele que arrumou para olhar ela. Aí eu vi ela, morava próximo da minha casa e eu já peguei o telefone e fui para casa dela correndo e já era umas 6 horas da manhã. Chamei lá na casa dela, ela já veio aí, ela já veio chorando, aí eu perguntei pra ela: “Yasmin, quem te falou? Alguém tem foto? Alguém viu?” Ela falou que não tinha, ninguém tirou foto, ninguém mandou foto não, mas falaram que é ele sim. Aí eu falei: “então, vou voltar lá para dentro”. Aí ela falou que ia comigo, mas ela tava grávida, aí nós fomos até o meio do caminho. Depois eu falei: “não, vai para casa, você tá grávida, que eu vou sozinha daqui”. Aí eu fui, só que quando eu estava no meio do caminho, vinha uma Kombi e estava dentro da Kombi: minha irmã, uma amiga dela e o menino que era dono da moto que meu filho estava, que era amigo dele, né? Que ele trabalhava, então ele deixava a moto com meu filho que lá no Palmeira é muito ruim de ônibus. Então meu filho ficava com a moto, como a gente morava mais para fora do bairro, né? Da Palmeira e esse menino morava na Palmeira, então meu filho pegava ele no Salgueiro e levava lá para dentro da Palmeira. Então a moto dele ficava com ele trabalhando durante o dia e ficava com meu filho a noite. Aí eu perguntei para ele, eu falei: “cadê ele?”. Aí ele falou: “tia, eu não sei”. Ele saiu para ir para casa, que no caso seria para fazer a mudança e a minha irmã desceu e ela começou a falar: “falaram que viram ele, até o rapaz que socorreu um menino sobrevivente falou que passou e viu ele lá no chão, né?” E inclusive esse rapaz passou por mim e me olhou, eu conheço ele né? Mas não falou nada comigo. Aí dali eu fui para casa e já só falei com meus filhos. Ai minha comadre pegou os pequenos, né? Levou os meninos

para casa dela e eu fui com meu ex-marido, né? Que é o pai dos meus filhos. Ele falou: “não, eu vou levar você, né? Para rodar por São Gonçalo, no hospital para saber se ele apareceu por lá”. Ele tinha um péssimo hábito de não andar com documento sempre que saía de casa, então eu fui no primeiro hospital. Falei dele, falei como ele era, que tava sem documento. Aí falou não ninguém aqui deu entrada sem documento. Aí eu fui para um outro hospital em São Gonçalo, aí chegou lá também os dois sobreviventes. Na verdade eram os três né? Três sobreviventes estavam em operação, aí nisso, tinha um policial lá e era da militar. Aí ele falou que ele viu meu desespero. Aí ele começou a querer me ajudar, né? Mas eu falei para ele que eu não acreditava na ajuda dele, ele falou: “eu vou perguntar aos meninos que que houve, o que aconteceu com o seu filho”, aí ele entrou, só que todos eles estavam em operação, aí ele voltou e falou: “ah, eles estão tudo operando, não tem como falar agora”. Aí dali não tinha mais onde procurar em hospital por aqui, né? Aí só foi o caso ir para o IML. Aí eu fui para o IML de lá, aí fiquei aguardando. A moça falou para mim: “tem que esperar né? Porque chegou muitos corpos, então tem que ver se algum vai bater com seu filho”. Mas aí nesse meio tempo ela viu meu nervosismo, ela me chamou e falou: “olha, eu vou adiantar alguma coisa para você, você me fala como ele é, porque pela característica eu sei quem chegou aqui e não chegou”. Eu falei, quando eu falei assim como ele era, eu já vi assim meio que feição dela mudou, mas aí ela entrou para ver. Mas nesse meio tempo que ela entra para ver, surge uma foto na internet, no *Zap*. Eu não, sei que eu só vi a foto de uns meninos um em cima do outro, assim jogado no chão, num canto, um em cima do outro assim e eu reconheci o pé do que tava embaixo assim e o pé dele, o reconheci o pé dele, eu lembrei do pé do meu filho. Aí ela veio depois e confirmou para mim que ele realmente estava lá. Então assim, foi, foi assim que aconteceu, não, não tinha nada sobre facção rival, não tinha isso, eu falo com toda certeza do mundo, não tinha! não tinha! não tinha, porque o bairro era super tranquilo. Até porque eu moro para cá mais de uns 20 anos, meu filho

tem 22 anos, tem 23 anos que eu moro para o lado de cá e eu nunca, nesses 23 anos, ouvi dizer de facção rival querendo invadir o Salgueiro, pode querer, mas assim ação de ir, eu nunca ouvi. Nesse dia não tinha, o bairro estava totalmente tranquilo, entendeu? Tanto porque lá a gente é assim, quando acontece qualquer coisa, o povo tá dentro de casa e era impossível, é... Tá esse esse clima de Facção rival querendo invadir o conjunto, né? O Salgueiro e as pessoas tá em baile. Não tinha começado nada. Mas tipo tavam em pagode, o bairro tava totalmente normal, normal! Ônibus para por qualquer coisinha lá, as coisas fecham, entendeu? Então não tinha barba, ônibus rodando, tava tudo tranquilo, tanto que eu vim de lá dentro do bairro às 11:30 da noite, então não tinha. Totalmente tranquilo. Então, essa parte que de facção rival é totalmente mentira, eles entraram <os policiais>, entendeu? Como eles entraram? Os relatos, né? Porque nesse pagode tinha pessoas da família do meu ex-marido e ele falou que estava nesse pagode até logo no começo do Salgueiro essa entrada né? Onde havia o pagode, ele estava no bar. A polícia passou, a polícia nem parou no bar, ela já desceu já para dentro, porque o Salgueiro, no caso é Itaúna, Salgueiro, Marinha e Palmeira, né? O último bairro é Palmeira. Então a polícia já veio de Itaúna e passou pelo Salgueiro. Ela nem parou no caso no pagode, ela passou direto para ir lá para dentro, só que as pessoas só em ver o carro da polícia entrando, já entraram em desespero, já começaram a correr para um lado correr para o outro, entendeu? Então assim, que eu ia falar, mas assim não teve, não tinha nada de facção rival, eles entraram, foram direto lá para dentro. Eu acredito que já tinha gente lá no mato, como realmente já estava falando, né? O povo falando a semana toda, eu acredito que já tinha mesmo, porque pela quantidade de carro que entrou, não dava assim para todo mundo ali. Apesar que teve também pessoas que estavam com um vídeo dos policiais descendo do helicóptero, mas também não era aquela quantidade de pessoas, de homens todos, então acredito que já tinham lá dentro e acredito que na hora que eles atiraram foi um momento que houve mais movimento de carro, porque

como lá é ruim de ônibus, então principalmente à noite é muito moto-táxi e Uber, era né? Porque agora as pessoas não vai mais, mas era moto, era carro, então acredito que no momento que tava passando mais movimento de carro e de moto que eles levantaram do mato e atiraram, entendeu? Então realmente, não tinha nenhum, nenhuma invasão no Salgueiro, eles não foram atender, como eles falaram né? Atender chamado, isso é mentira, não foram atender chamado nenhum, porque não tinha briga entre os bandidos. Mas é mentira isso.

[Belle Damasceno]: *Então, vou te fazer outras perguntas, é uma situação assim que eu não sei nem o que te dizer, assim. A ação contou com policiais civis e com soldados, não foi? Aqui tá dizendo 15 policiais civis e 17 soldados do exército.*

[Entrevistada]: Olha, eu vou ser sincera, nesse dia, nesse dia 11, eu não vi nessa hora, aqui que eu vi os policiais parados né? Que foi um momento que eu fiquei de frente com eles, foi essa hora que eu entrei, lá tava muito escuro. Se tinha por trás, eu não vi, vi eles de roupa preta, estavam com roupa escura e de touca, todos estavam de calça escura e de touca.

[Belle Damasceno]: *Então era pra eliminar mesmo né? Não tinha nem como dizer, não tinha coisa pra identificar se era policial civil ou se era do exército?*

[Entrevistada]: Isso e eles estavam no Caveirão, eu vi um Caveirão entrando só que havia boatos, né? Que eles estavam saindo até mesmo levando outros corpos. Porque oito foi o que contaram, entendeu? Foram oito e dois sobreviventes, mas teve mais corpos, mas não acharam, não contaram, entendeu? Então, pode falar.

[Belle Damasceno]: *Deixa eu te perguntar uma coisa, você já descreveu o evento né? Nossa você falando aí Margarida, é impossível a mente não fazer uma... Não ficar imaginando, né? Como é que foi a dor que você sentiu? Você hoje faz parte de algum movimento de mães?*

[Entrevistada]: Sim, tem a Rede Mães Contra a Violência.

[Belle Damasceno]: *Deixa eu dizer uma coisa e depois que tudo isso aconteceu, depois que tudo isso aconteceu. Você teve assim alguma resposta tanto do Judiciário na época, né? Como foi o papel da mídia assim, né? Porque assim, porque você como mãe conhecendo seu filho, você sabe que a justificativa do tráfico, a justificativa das facções é algo bastante utilizado para legitimar, né? Esse tipo de ação policial, né? Letal, violenta, desproporcional, né? Quero te perguntar isso, durante o tempo que você ficou vendo as notícias assim, você sentiu esse incômodo das notícias não estarem passando o que aconteceu.*

[Entrevistada]: Sim, nesse tempo eles só souberam criminalizar meu filho, colocando na mídia que ele era bandido. Pegaram uma foto dele, ele trabalhando, ele tinha 14 anos na época e tava trabalhando, pegaram uma foto dele que ele estava com um cordão do patrão dele na época.

[Belle Damasceno]: *A foto era da época que ele faleceu, ou ele tinha 14 anos na época da foto?*

[Entrevistada]: Na foto ele tinha 14 anos, tinha 14 anos no caso foi, foi quatro anos antes do ocorrido sim, entendeu? Pegaram essa foto, colocaram ele: “Ó o bandidão com cordão de ouro”. Né? Então eu vi a mídia botando muito isso, é jogando ele como bandido, isso eu cheguei a questionar quando eu fui na DH e eles falaram que não tinham sido eles, que era o jornal que estava fazendo isso.

[Belle Damasceno]: *Na DH?*

[Entrevistada]: É, porque eu fui chamada na DH para poder fazer o depoimento.

[Belle Damasceno]: *o que é DH?*

[Entrevistada]: DH É delegacia que faz essas coisas de homicídio. A Delegacia de Homicídios. É porque ele no IML falaram que só liberaria um corpo depois de a gente ir lá na DH para dar o depoimento, pela forma que foi, pelo ocorrido que foi, só assim que eles liberariam, então a gente foi preciso ir lá na DH dar o depoimento e depois também outro

dia depois do que passou nós fomos chamados também para dar depoimento, entendeu? Então a mídia só criminaliza ele, botou ele como bandido, né? Muitos comentários, né? Chegaram até um comentário até hoje que eu nunca me esqueci que: “hoje a mãe chora, mas na hora de gastar o dinheiro do tráfico, ela não chorava”. Só que se eu gosto de dinheiro de tráfico, não acordava às 3 horas da manhã naquela época, né? Para trabalhar em três serviços para sustentar meus filhos, né? Seria muito burra, se eu tivesse dinheiro do tráfico para isso.

[Belle Damasceno]: *Irmã, me diga uma coisa, depois disso alguma Secretaria de Direitos Humanos, alguma instituição, movimentos te procurou? Você teve algum auxílio do Estado em relação ao seu luto, em relação aos trâmites de um enterro posteriormente a isso.*

[Entrevistada]: Então sobre o enterro, o pai dele pagava um plano funeral para ele, então sobre o enterro foi com o pai, né? Agora eu, eu fui chamada nos Direitos Humanos, mas eu cheguei até eles através de uma sobrinha minha que comentou com uma, com uma mãe do rio que também perdeu o filho e essa mãe levou até a rede, né? Chama a Rede Contra Violência. Ela falou com o pessoal da Rede. E no caso eles que falaram com a Natasha, entendeu? A Natasha que faz o filme, essas coisas assim, A Natasha me procurou juntamente com essas Mães. Aí, através delas, eu fui levada aos Direitos Humanos, aí eu fui atendida pelo Dr. Daniel Osório, o que eu recebo hoje assim, que foi até o Dr. Daniel Osório que sugeriu, foi um aluguel social para me ajudar a sair do Salgueiro, né? E agora teve uma audiência no ano passado, mas na parte de reparação, só que até o momento a gente não sabe qual foi a decisão da da juíza, né?

[Belle Damasceno]: *Essa reunião sobre reparação que teve foi onde?*

[Entrevistada]: Essa audiência foi aqui em Niterói. Então é a única coisa são essas coisas que estão correndo agora sobre o caso de investigação deles, né? Pelo que até onde eu sei está arquivado. Porque eles dizem que não tem prova. Aí o dr. Thales, que é um dos advogados, conversou

comigo. Ele falou, ele falou que é assim, eles não sabem quem foi, é como se eles não soubessem quem foi, quem atirou, entendeu? Essas coisas assim, mas se eles fizessem uma investigação, chegariam até a pessoa que foi né?

[Belle Damasceno]: *E aí você acha que o judiciário também não se colocou para essa investigação, né? Não se mobilizou.*

[Entrevistada]: Não, nem um pouco, nem um pouco, porque se eles quisessem mesmo, eles descobririam, eles descobririam.

[Belle Damasceno]: *Quem foi né assim, não tinha nada na rua? Não tinha câmara lá?*

[Entrevistada]: Não tinha câmara.

[Belle Damasceno]: *2011 também, né? Já tem um tempo e me diz uma coisa, como foi que isso depois respingou na família de vocês? Porque o luto é isso, né? Você perdeu seu filho, mas essa morte, ela continua tendo desdobramentos, né? Na vida de quem ficou, que que você acha que atrapalhou que desarticulou assim na família de vocês?*

[Entrevistada]: Olha, eu posso falar que tudo, todas as áreas da minha vida, tudo! Tudo! Trabalho, relacionamento com meus filhos, tenho mais dois meninos e tenho duas meninas que na época eram pequenas. Inclusive, a minha filha, que na época tinha dois anos, foi a última irmã, né? Que foi a que ele deu o último beijo, ela tá descobrindo isso agora, agora que ela vai fazer dez anos esse ano e agora que ela tá descobrindo, mas ela sempre, na época tinha dois anos, ela sempre perguntava, porque isso aconteceu uma semana antes do aniversário dela e uma semana depois teve o bolinho para ela que a madrinha fez, né? Porque eu não tava nem aqui, tava no Rio, a madrinha quem fez né? Para ela o bolinho. Ela, uma das coisas que ela perguntou foi isso, se o irmão dela não ia no aniversário dela, que ela era muito agarrada com ele, muito e ele com ela. Então foi uma das coisas que ela perguntou, então desestruturou totalmente. A gente tinha uma união, eu, eles, irmãos, coisas que

a gente fazia antes e hoje a gente já não faz. Depois que ele foi, a gente nunca mais fez, que era a gente cozinhar todo mundo juntos, pararam, chegava do trabalho, vamos fazer todo mundo comigo. Isso nunca mais teve, entendeu? O meu filho, que é o caçula dos meninos, ficou bem revoltado, até hoje ele é bastante revoltado, mas eu tentei conversar ao máximo com ele. Até mesmo para ele não virar a cabeça. Ele tava naquilo de vingança, vingança. O meu outro, meu outro filho que era o segundo filho, ele teve um sério problema com depressão, chegou a se cortar todo entendeu? Minhas filhas eram pequenas.

[Belle Damasceno]: *Foi o mais novo, o caçula?*

[Entrevistada]: Foi o segundo, depois do meu filho, que foi vitimado.

[Belle Damasceno]: *O que se automutila? Depois disso?*

[Entrevistada]: Isso. Agora ele tá bem melhor, agora ele tá bem melhor, ele parou, mas teve um período bem complicado de ele se cortar, cortar os pulsos, cortar a coxa, assim as pernas, lugares que eu não conseguia ver.

[Belle Damasceno]: *Fora as consequências do seu corpo né? Que o corpo manifesta também né? Porque é um luto que você não pode nem viver esse outro, né? Porque enfim, ainda mais ouvindo as mensagens que você ouviu, né falando da mãe, né? “Agora chora...”, né? Me diz uma coisa, você ainda tem esperança de que esse caso vai ser desarquivado e os culpados vão ou você acha que essa cortina de fumaça, que essa guerra de facção, que mesmo quando não acontece é usada como justifica, vai continuar sendo o discurso principal?*

[Entrevistada]: Olha, é um misto de sentimentos assim, tem horas que eu acredito que realmente eles vão, eles vão desarquivar, eles vão descobrir, eles vão fazer, mas ao mesmo tempo, eu já penso que vai ser só mais um entendeu? Porque assim, quando você, quando a gente está de frente, né? Com quem pode fazer alguma coisa, você vê que eles não acreditam na gente, você tem que falar sempre as mesmas coisas e é como se você falasse para as paredes, para o vento, entendeu? A gente parece, eu me sinto assim, que a gente tá mentindo ali, entendeu? Então, às vezes

eu acho que vai se resolver, mas às vezes também eu acho que não vai se resolver, diante também de tantos casos que eu já ouvi, já ouvi até no ano passado, teve a ONU aqui nós fomos falar com eles, então é tantos casos que a gente ouve de anos e anos que dá aquela incerteza de, de que o caso será resolvido, entendeu? [PARTE INAUDÍVEL] sempre pergunto que provas que eles querem, porque a prova maior que tem do caso é o sobrevivente que viu, que foi ferido, que tava na cena ali, entendeu? Já não precisaria ouvir mais ninguém, então não sei a prova as provas que eles querem, ou melhor a prova que eles querem é que os policiais abram a boca e falem: “Não eu estava lá, eu fiz”, é só essa, porque eles negaram, é claro que eles vão negar, entendeu? É claro que eles vão negar, eles vão falar que foram eles, entendeu?

[Belle Damasceno]: *E me diga uma coisa, as pessoas que foram, que sobreviveram elas prestaram depoimento.*

[Entrevistada]: Uma sem a outra não, outro rapaz não não quis por medo, ele falou que não queria mexer, porque quando teriam ir atrás dele, então ele não quis.

[Belle Damasceno]: *E você lembra do depoimento, vinculou alguma parte do que foi dito para essa pessoa? O sobrevivente no caso falou alguma coisa sobre o ocorrido a um deles.*

[Entrevistada]: Ele falou, eu não tive muito contato com ele conversando sobre isso, né? Mas o que eu já ouvi que ele falou, foi que ele estava saindo, ele estava saindo do bairro de moto também, junto com esse outro sobrevivente. Tava os dois na moto e ele disse que sentiu o tiro e ele caiu da moto, eles dois. Não sei se o outro ficou desacordado, eu não sei porque o outro levou um tiro no rosto e esse foi, pelo que eu sei, mais pela parte das pernas e ele falou, pelo que eu sei, um dos policiais, né? Um ou dois, não sei quantidade, mas chegou, falou alguma coisa com ele, falou que ia mais à frente, mas depois voltaria para matar ele. Foi o que eu fiquei sabendo, mas eu nunca cheguei para ele e perguntei, entendeu? Nunca parei para conversar com ele sobre isso.

[Belle Damasceno]: *Meu bem, teve alguma coisa que eu não perguntei e que você gostaria de acrescentar?*

[Entrevistada]: Não, até agora, eu não.

[Entrevistada]: Gostei.

[Belle Damasceno]: *Querida, muito obrigada lamento assim, profundamente esse ocorrido. Eu espero que você enfim encontre algum lugar de conforto. Depois de tanto precisamos que a vida de alguma forma te retribua sendo mais gentil com você, tá bom? E muito obrigada. Muito obrigada! A gente vai ter o máximo de cuidado ao utilizar o que você falou, sem diminuir nada, sem acrescentar nada, mas tendo muito cuidado para você não ser identificada nesse baralho.*

[Entrevistada]: Obrigada e tchau!

Sobre os autores

Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa é cientista social e mestranda em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora responsável pelo Eixo de Violência da área Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo (FPA).

Belle Damasceno é cientista social e antropóloga pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), na área de Justiça Reprodutiva e Saúde da População Negra. Idealizadora do Mamas Pretas, rede de apoio as mães negras. Pesquisadora e articuladora política na Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD).

Cláudio Aparecido da Silva, “Claudinho”, como é mais conhecido, é professor de Educação Física e, posteriormente, educador popular. É o primeiro Ouvidor egresso de uma comunidade (a favela Monte Azul, no Jardim Monte Azul), que o levou à militância nos movimentos negros e antirracistas, bem como à filiação partidária. Atuou como assessor do rapper Dexter, destacou-se como Coordenador de Políticas para Juventude da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad e, também, como coordenador do SOS Racismo, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), de 2019 a 2021.

Pablo Nunes é cientista político, doutor pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) e coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). Coordena o Panóptico, que monitora o uso de novas tecnologias pelas polícias e, também, a Rede de Observatórios da Segurança, que atua em nove estados brasileiros. Atualmente, integra o quadro de professores do curso de pós-graduação em Urbanismo Social do Insper. Realiza pesquisas e ativismo com foco em políticas de segurança pública, uso de novas tecnologias, combate ao racismo e redução da letalidade policial.

Paulo César Ramos é coordenador do Projeto Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo (FPA), doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Universidade da Pensilvânia (UPenn) e pesquisador do Núcleo Afro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Afro CEBRAP).

Ruan Bernardo é graduando em Gestão de Políticas pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador nos eixos de Cultura e Violência da área Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo (FPA). Vinculado ao projeto Periferias na Pandemia do Centro de Estudos em Conflito e Paz (CCP), do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI), da Universidade de São Paulo (USP).

Thais Custódio é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF), cofundadora e coordenadora da Rede de Economistas Pretas e Pretos (REPP) e pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

Este caderno vem a público em um momento importante, no qual a sociedade brasileira enfrenta problemas profundos com suas instituições de defesa da vida, da ordem e da propriedade. Um estudo feito com a coragem e o frescor de jovens pesquisadores que, além do seu rigor técnico, também possuem uma consciência crítica apurada, porque viveram na universidade da academia e na “universidade” das periferias, trazendo o melhor de cada lugar. Isto exigiu deles um gigante desafio ético e intelectual, mas a entrega pode ser considerada completa. Enfrentaram dados primários, dezenas de entrevistas, milhares de notícias de jornais e dados oficiais para compor dois estudos de casos emblemáticos que são muito didáticos da vida das periferias do Brasil; esteja em que estado estiver, periferia é periferia – em qualquer lugar. Por isso, foram escolhidos dois casos: um do centro midiático do Brasil – Rio de Janeiro – e outro de uma região pouco lembrada nos debates públicos – Belém –, sendo mais uma vez felizes, pelo equilíbrio. Isto permitiu mostrar a amplitude do compromisso dessa pesquisa e da complexidade do nosso desafio enquanto sociedade.

Todos sabemos que as instituições policiais precisam ser defendidas, bem como seus trabalhadores e trabalhadoras precisam ser defendidos, valorizados e acolhidos numa sociedade cada vez mais complexa. Isto significa que suas vidas precisam ser protegidas, com doutrinas que enfatizem mais o trabalho de inteligência, tirando espaço do confronto como única perspectiva, em que nem mesmo a vida dos policiais é poupada – aliás, precisa ser dito: entre essas vidas policiais que não são poupadas, também estão jovens, negros e periféricos!

Cláudio Aparecido da Silva

Ouvidor das Polícias de São Paulo



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



cesec

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

